

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021

Relatório da Administração

A Administração da EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram examinadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da companhia

Visão geral

A Equatorial Distribuição S.A é uma *holding* que atua no segmento de Distribuição de energia, como controladora das Distribuidoras de energia dos Estados do Maranhão e Pará.

02. Destaques de 2021

- ▶ Em 2021, o EBITDA somou R\$3,462 bilhões, crescimento de 36% em relação ao valor apresentado em 2020.
- ▶ O volume total de energia (mercados cativo e livre) faturado Consolidado teve alta de 6,22% em relação ao exercício de 2021.
- ▶ Perdas totais recuaram nas duas distribuidoras em comparação a 2020, no estado do Pará (29,0%, -0,8 p.p.) e Maranhão (18,6%, -0,5 p.p.).
- ▶ Em 2021, os Investimentos consolidados da Equatorial Distribuição totalizaram R\$ 1,685 bilhões, crescimento de 36% comparada a 2020, liderado pelo maior volume de investimentos executado no Pará, devido maior capacidade de mobilização das equipes.
- ▶ Aprovado Índice de Revisão Periódica para Equatorial Maranhão, em 24 de agosto de 2021, com efeito médio para os clientes de +2,79% e Base de Remuneração Líquida de R\$ 4,366 bilhões (+31,9%).

03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2021 foi um ano que marcou mais um passo importante na consolidação da Equatorial Distribuição, enquanto *holding* de duas das maiores distribuidoras de energia do país.

Na Equatorial Maranhão, tivemos um conjunto de excelentes resultados, sobretudo nas áreas de mercado, aumento da demanda, e financeira, em que pese o ano bastante desafiador em meio ainda ao cenário mundial de pandemia. A economia deu sinais de recuperação, impulsionada principalmente pela expectativa positiva trazida pelo início da vacinação contra o COVID-19. No Maranhão esse princípio de retomada da economia trouxe um crescimento da energia distribuída de 5,4%, com destaque para as classes Residencial e Comercial, com crescimentos de, respectivamente, 4,7% e 7,8%.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2021 com lucro líquido de R\$943 milhões (35% maior que o ano anterior), geração de caixa operacional de R\$ 631 milhões e EBITDA de R\$1.466 milhões (35% maior que o ano anterior).

Nossos investimentos totais atingiram o montante de R\$544 milhões, sendo próprios de R\$507 milhões e os relacionados ao Programa Luz para Todos – PLPT de R\$36 milhões. Nos investimentos próprios focamos de forma consistente na melhoria, modernização, expansão da rede e serviços de distribuição de energia. No Programa Luz para Todos, avançamos com mais 2.440 novas ligações.

Em nossos resultados operacionais, as Perdas de 2021 de 18,6% estão em linha com o ano anterior, registrando variação de apenas 0,04 p.p. acima. Nos indicadores de qualidade DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), tivemos crescimentos motivados por eventos atípicos no primeiro semestre do ano, sobretudo ligados à supridora, e dificuldades de disponibilidade no mercado de equipes para contratação e mobilização nas atividades correlatas a esses indicadores.

Evidenciando um dos nossos valores, foco em gente, ressaltamos com orgulho que nos mantivemos no *ranking Great Place to Work* – Melhores Empresas para Trabalhar, ranking do qual fazemos parte desde 2011, demonstrando a valorização e dedicação que temos aos nossos 1.330 colaboradores. Em 2021, fomos a melhor empresa no Estado do Maranhão para se trabalhar e no contexto Nacional nos encontramos entre as 100 melhores.

Na Equatorial Pará, a companhia vem consolidando seu excelente desempenho apresentado desde a sua mudança de controle, em 2012. A venda de energia elétrica na área de concessão cresceu 6,8%, diante do cenário macroeconômico adverso da região, mas isso não nos impediu de continuarmos evoluindo.

Refletindo a eficiência operacional da Companhia, assim como o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2021 com lucro líquido de R\$ 1.026 milhões e geração de caixa operacional (EBITDA ajustado) de R\$ 2,1 bilhão.

Nossos investimentos próprios atingiram R\$ 950 milhões e focaram na melhoria da qualidade do fornecimento e expansão do serviço de distribuição de energia. Através do Programa Luz para Todos, investimos mais R\$ 142 milhões, beneficiando aproximadamente 2 milhões de pessoas em todo o Estado do Pará.

Como consequência dos investimentos e esforço contínuo de nossa equipe, mantivemos os níveis de qualidade oferecida aos nossos consumidores, através da medição dos indicadores DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), que se encontram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL. O DEC encerrou 2021 em 22,1 horas, enquanto o FEC foi de 11,8 vezes.

Apesar de nosso esforço, nossas perdas de energia encerraram o ano em 28,9%, patamar ligeiramente acima daquele determinado pela ANEEL (27,3%) em nossas tarifas.

É com muito orgulho que estamos entre as 100 melhores grandes empresas do Brasil no ranking *Great Place to Work* – Melhores Empresas para Trabalhar. Também nos mantivemos entre as 150 melhores empresas para se trabalhar em 2021 da Você S/A. Estamos entre as 3 melhores empresas para se trabalhar no setor de energia elétrica na região norte do Brasil, segundo a Você S/A. Demonstrando a valorização e dedicação que temos à nossa gente.

Para 2022, manteremos nosso foco na qualidade do serviço prestado, aplicação eficiente de nossos recursos financeiros e no compromisso com os nossos resultados. Aos colaboradores, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos consumidores, acionistas, fornecedores e parceiros.

Carlos Augusto Leone Piani

Presidente do Conselho de
Administração

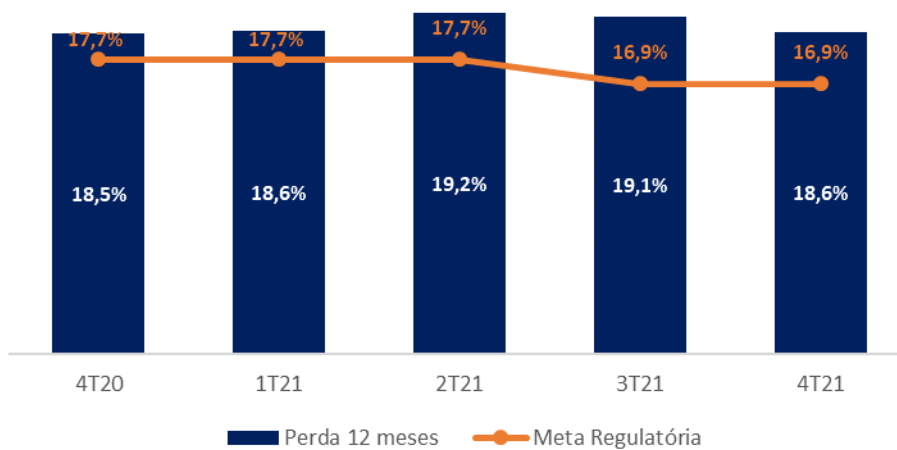
04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

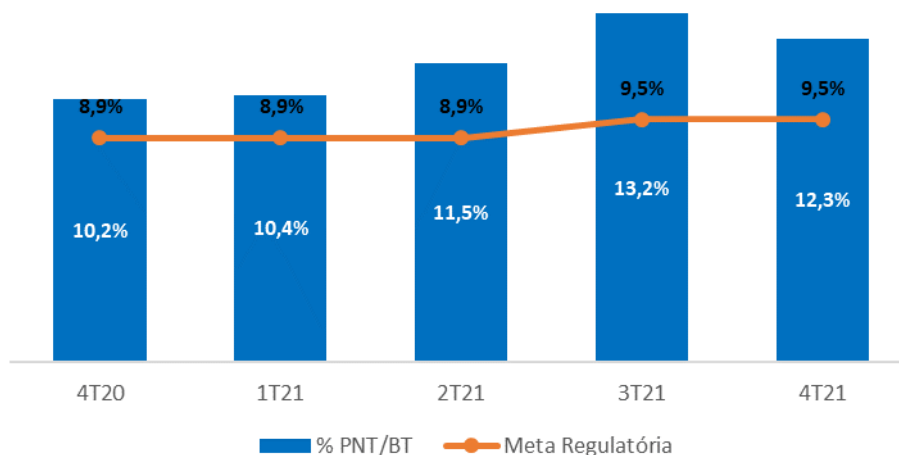
Maranhão

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.614 GWh, um aumento de 5,5% em relação à 2020, e o faturamento atingiu 7.016 GWh, o que representou incremento de 5,4% também em relação à 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.598 GWh, equivalente a 18,56% da energia requerida, implicando em aumento residual de 0,04 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020, praticamente encerrando com os mesmos patamares do ano anterior.

Perdas totais sobre energia requerida
(Últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID – 19, a Equatorial Maranhão buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores aos da pandemia, sempre respeitando todos

os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial nas ações operacionais.

Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021:

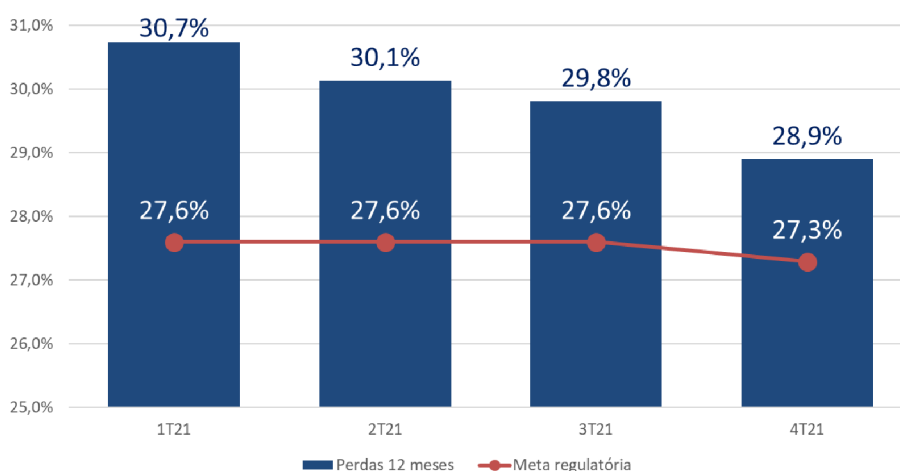
- Regularização de 5,3 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 23,6 mil clientes de baixa tensão, perfazendo um total de 32,9 mil clientes de baixa tensão com SMC;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 69 municípios;
- Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 9,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 3,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 36,3 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Instalação de 338 medições fiscais em transformadores de distribuição.

Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,8 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações.

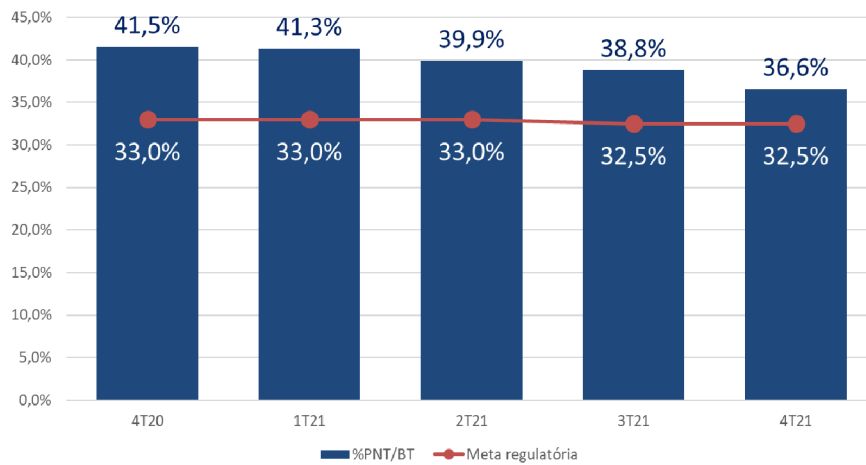
Pará

Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.311 GWh, aumento de 4,1% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 9.452 GWh, o que representou aumento de 6,8% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 3.859 GWh, equivalente a 28,9% da energia requerida, implicando em aumento de 2,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.

Perdas totais sobre energia requerida
(últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão
(Últimos 12 meses)



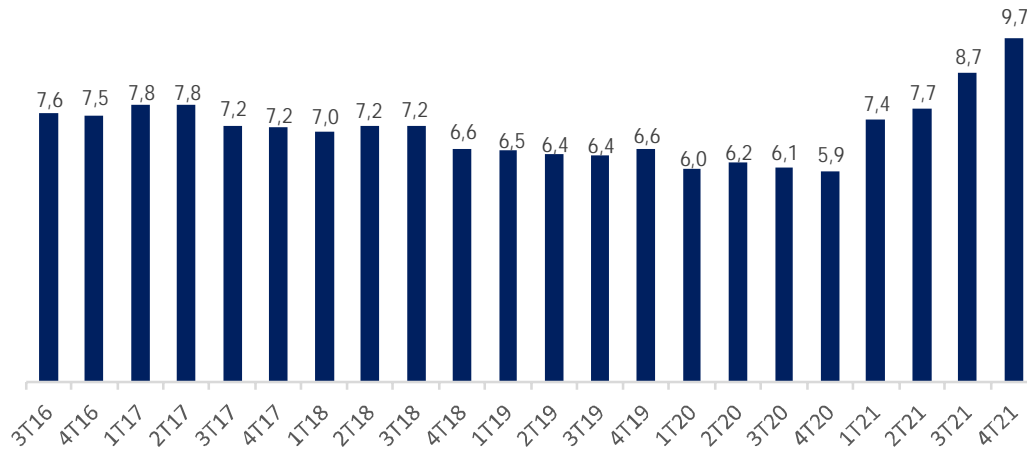
4.2 Qualidade DEC/FEC

Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 118,15% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 64,17% em relação ao exercício anterior. Os resultados do Maranhão foram impactados pelos efeitos de eventos atípicos, sobretudo relacionados às supridoras, ocorridos no primeiro semestre, com destaque para a falha em linha de transmissão no mês de janeiro, que ocasionou a interrupção do fornecimento por aproximadamente 4,5 horas na região de São Luís e afetando mais de 550 mil clientes da distribuidora. Destacamos ainda que os incrementos estão relacionados ao maior volume de chuvas e vento, e consequentemente, o aumento do número de ocorrências por interferências de vegetação em áreas remotas e rurais.

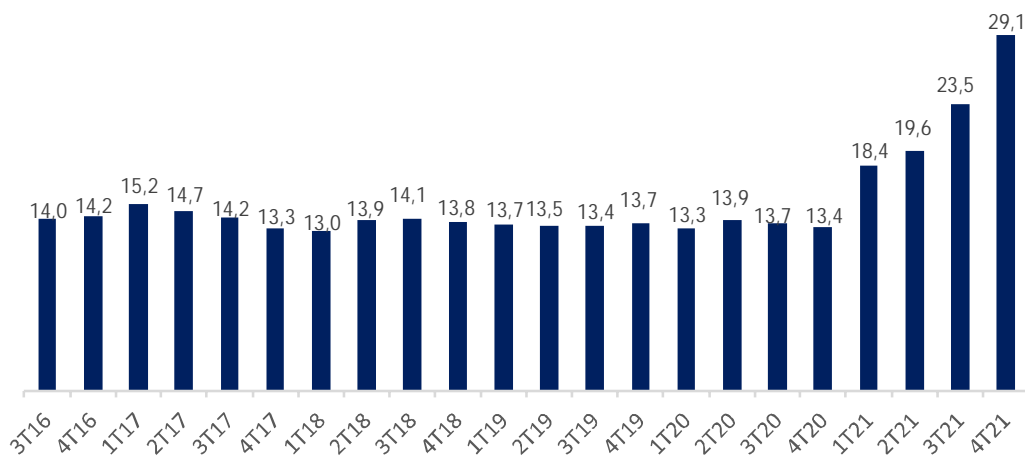
FEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



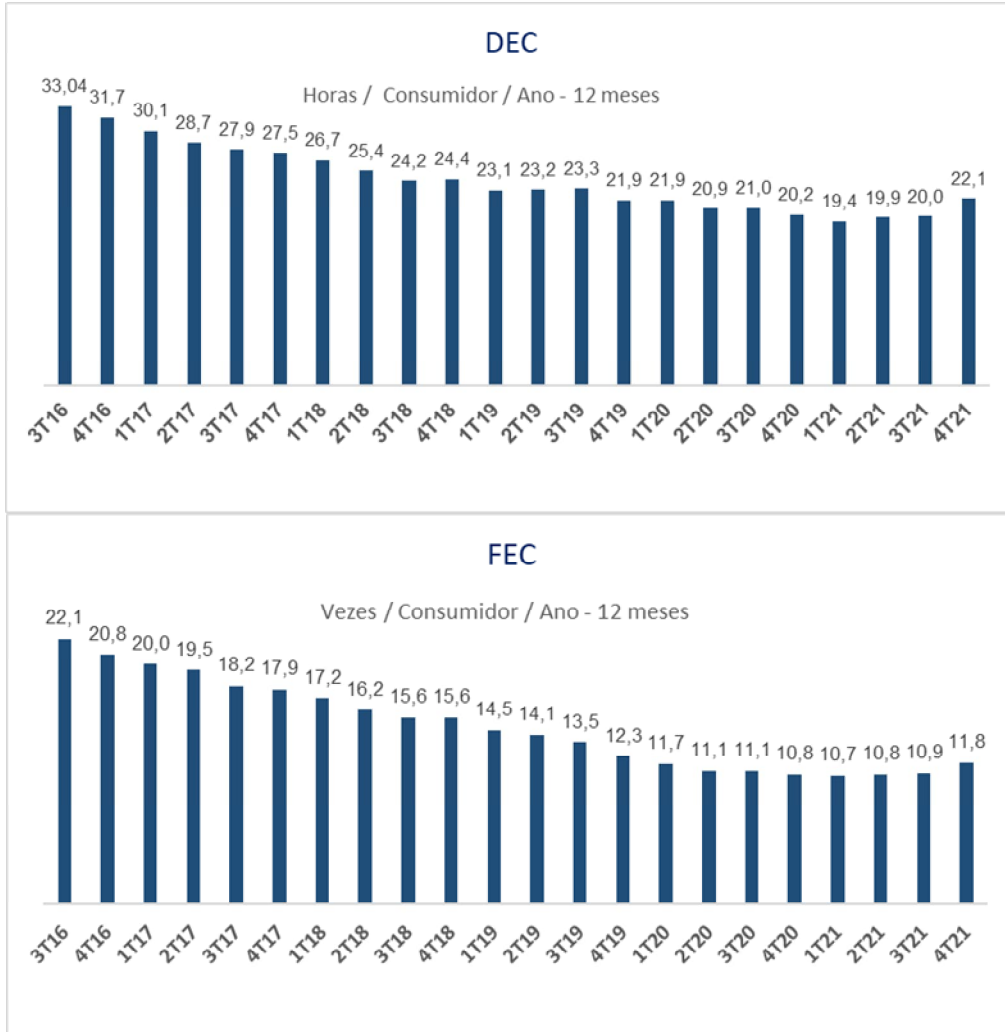
DEC

(horas / consumidor / ano) - 12 meses



Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 22,1 horas e 11,8 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



05. Assuntos regulatórios

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 2.925 /2021 a ANEEL homologou o resultado do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”) com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2022, com um reajuste de 2,79% (dois vírgula setenta e nove por cento positivo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão.

Reajuste Tarifário Anual 2021 – Equatorial Pará

Em 3 de agosto de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.920/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”) sendo em média, reajustadas em 9,01% (nove vírgula zero um), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2021 a 6 de agosto de 2022.

06. Relatório de ações sociais

Equatorial Maranhão

Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato é inegável, o diferencial está em como esse serviço é oferecido. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalha para levar mais do que o esperado. Vamos além de entregar energia elétrica com qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão. O nosso compromisso é com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do Maranhão e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão.

Em 2021 executamos:

- 12 projetos esportivos por meio da Lei de Incentivo Estadual ao Esporte
- 25 projetos culturais por meio da Lei de Incentivo Estadual à Cultura
- 2.582 geladeiras distribuídas no E+ Geladeira Nova
- Lâmpadas trocadas no E+ Comunidade
- 228.000 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda
- 4,7 milhões de toneladas de resíduos no E+Reciclagem
- Cerca de R\$ 240.000,00 em bônus no E+Reciclagem
- Cerca de R\$ 63.000,00 em bônus para instituições sociais por meio do E+Reciclagem
- 2.733 novos clientes cadastrados no E+Reciclagem
- 20 postos de coleta no E+Reciclagem
- 4 municípios com postos E+Reciclagem
- 151 palestras sobre economia de energia por meio do E+Educação
- 15 cursos de qualificação profissional realizados por meio do E+Profissional
- 185 alunos formados por meio do E+Profissional
- 2 projetos finalizados no E+Energia do Bem

- 88 equipamentos trocados por meio do E+Energia do Bem
- 623 lâmpadas trocadas por meio do E+Energia do Bem
- 2 sistemas de energia solar fotovoltaicas instalados por meio do E+Energia do Bem
- Incentivo à Mobilidade Elétrica e redução da emissão de carbono no meio ambiente
- Instalação do 1º eletroposto do Maranhão entregue por meio do E+Mobilidade
- 10 bicicletas elétricas disponíveis para população por meio do E+Mobilidade
- 1 veículo elétrico doado para fiscalização de parques estaduais, da Capital, por meio do E+Mobilidade
- 2 veículos elétricos adicionados à frota da Equatorial por meio do E+Mobilidade

Totalizando aproximadamente 1 milhão de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão

Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se:

E+ ESPORTE e E+CULTURA

Desde 2012 a Equatorial Maranhão patrocina projetos por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Inicialmente esse era um processo mais reativo, éramos procurados pelos proponentes e firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de projetos que antes não chegavam ao nosso conhecimento. Gradualmente esse número aumenta. Entretanto em 2020 e 2021, por causa da pandemia que assolou o mundo optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo.

Em 2021 a Equatorial Maranhão patrocinou 37 projetos, sendo 25 projetos culturais e 12 projetos esportivos. Destacamos entre os projetos esportivos o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes. A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investir em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. Assim patrocinamos diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da Copa de Basquete em cadeira de rodas, cedemac, Davi Hermes e Equipando guerreiros.

Na área cultural a Equatorial Maranhão se reconhece e se identifica cada vez como uma empresa que apoia e valoriza a cultura local. Ao longo desse ano 2021, apesar do cenário de pandemia, respeitando os protocolos de segurança, foram realizados festivais de música, estímulo aos artistas locais com teatro, música, publicações. Primamos pela valorização da cultura local sempre e é parte do nosso empenho em levar para o nosso cliente mais do que energia com qualidade, mas também acesso ao que temos de mais rico no Estado, nossa cultura popular.

E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA

O programa de voluntariado, E+Energia Voluntária, foi retomado após mais de 1 ano sem que suas atividades fossem realizadas pelos protocolos de segurança impostos pela pandemia. Em 2021 realizamos ações de Natal em todas as regionais, em parceria com o Papai Noel dos Correios e com a comunidade quilombola de Santana, no município de São José de Ribamar e com a Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino (gestora do hospital Aldenora Belo). Tivemos um engajamento de mais de 300 pessoas com adoção de cartinhas que foram escritas por crianças para o bom velhinho e adotadas por nossos colaboradores.

E+ PROFISSIONAL

Em 2021 retomamos o programa de qualificação profissional com o E+ Profissional, que tem como objetivo promover, de forma totalmente gratuita, cursos de formação e qualificação, para clientes cadastrados na tarifa social de energia elétrica, contribuindo assim para que mais pessoas estejam preparadas e tenham mais oportunidades no mercado de trabalho ou ainda montar pequenos negócios oferecendo seus serviços. Por meio do E+ profissional atendemos mais de 180 pessoas em 5 municípios.

E+ RECICLAGEM

O programa E+Reciclagem recebeu mais de 4 milhões de toneladas de resíduos em 2021. Isso representa 755 mil árvores não cortadas; economia de 2,1 bilhões de litros de água, mais de 351 mil kg de carvão; 94 mil toneladas de carbono deixaram de ser lançados no ar, e ainda 143 mil MWh de energia economizadas, energia suficiente para abastecer 280 mil residências por um mês. Os resíduos deixados no E+Reciclagem geraram ainda, mais de R\$ 240 mil em descontos nas faturas de energia dos clientes e instituições sociais.

Equatorial Pará

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança do colaboradores, familiares, parceiros e comunidades

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, no ano de 2021 a Equatorial Pará continuou com as várias ações nas comunidades do Estado, desenvolvendo e melhorando projetos, como: Cadastro de consumidores na tarifa social (baixa renda), palestras educativas nas comunidades, mutirões e feiras em parceria com as mais diversas instituições do ESTADO, realizando acordos de parcelamento, trocas de titularidade dentre outros.

A Equatorial tem projetos sociais que buscam proporcionar benefícios para a comunidade, dos quais, destacam-se:

Arrecadação de recursos para organizações sociais.

A fatura de energia é utilizada como meio de aumentar a receita de entidades de Assistência Social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Destaque para parcerias com o Remo e Paysandu, onde passamos a fomentar o esporte localmente. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da fatura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado.

E+ Comunidade

Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Equatorial Pará promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atendê-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desse serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a equipe da empresa realiza atendimento, levando às comunidades serviços como: segunda via de conta, negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 13,5 bilhões, 35% superior a obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 10,048 bilhões, equivalentes a 35% de crescimento.

8.1.3 EBITDA

Em 2021, o EBITDA atingiu R\$ 3,462 bilhões, 36% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 2,551 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2021, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 434 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 246 milhões registrada no ano de 2020.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2021, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 1,953 bilhões, crescimento de 39% em relação ao ano anterior.

08. Investimentos

Investimentos (R\$MM)	2020	2021	Var. %
Maranhão			
Ativos elétricos	446	453	1,5%
Obrigações especiais	45	36	-19,8%
Ativos não elétricos	70	55	-20,7%
Total	561	544	-3,0%
Pará			
Ativos elétricos	428	887	107,5%
Obrigações especiais	186	210	13,1%
Ativos não elétricos	67	44	-34,9%
Total	681	1.141	67,7%

Os investimentos da EQTD somaram R\$1,685 bi no exercício 2021, o que apresentou um aumento de 36% em relação ao exercício de 2020. Essa redução está concentrada no Equatorial Pará, uma vez que já nos encontrávamos em um cenário mais controlado de pandemia, possibilitando maior mobilização de equipes nos canteiros.

9.1.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$507 milhões em 2021, diminuição de 3% em relação a 2020. Tais investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica de 366,7 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,83 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 Municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 36 milhões.

Equatorial Pará

9.2.1 Investimentos Próprios

Os investimentos da EQTL PA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$931 milhões em 2021, aumento de 88% em relação a 2020. Os investimentos concentraram em Expansão e Melhoria de Rede.

9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos e Mais Luz Para Amazônia (MLA)

Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 456.710 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,28 milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 99% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 125 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 Municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos

aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no MLA, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 85 milhões.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Guilherme Mexias Aché

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Luis Henrique de Moura Gonçalves

Tania Sztamfater Chocolat

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi
Conselheiro Fiscal Efetivo

Saulo de Tarso Alves de Lara
Conselheiro Fiscal Efetivo

Vanderlei Dominguez da Rosa
Conselheiro Fiscal Efetivo

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Conselheira Fiscal Suplente

Ricardo Bertucci
Conselheiro Fiscal Suplente

Moacir Gibur
Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-presidente

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérgio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Tinn Freire Amado, Diretor; declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 24 de março de 2022 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 24 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília, 24 de março de 2022

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos caixa - método indireto	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Energia Distribuição S.A.
São Luis – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Distribuição S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	452	287	254.439	1.253.342	Fornecedores	16	6	45	1.701.080	1.329.480
Aplicações financeiras	7	1.312	474	2.053.255	2.824.947	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	-	40.871	32.141
Contas a receber de clientes	8	-	-	2.795.245	2.520.754	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	879.439	1.556.527
Aquisição de combustível - conta CCC		-	-	63.197	29.855	Debêntures	18	-	-	564.075	425.246
Serviços pedidos		-	-	364.220	324.917	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	-	334.474
Depósitos judiciais	24	-	-	3.530	3.503	Impostos e contribuições a recolher	19	2	2	329.550	261.656
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	201.647	-	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		-	-	129.547	102.327
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	-	164.999	100.448	Dividendos a pagar	21	377.051	88.223	452.367	117.395
Almoxarifado		-	-	129.302	27.492	Contribuição de iluminação pública		-	-	37.707	46.108
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	-	610.329	781.636	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	43.686	30.652
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		100	96	165.481	128.984	Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	-	45	-
Dividendos a receber	11	319.827	111.022	-	-	Participação nos lucros		-	-	80.899	70.191
Outras contas a receber		-	-	640.211	241.295	Encargos setoriais	23	-	-	185.620	178.889
Total do ativo circulante		321.691	111.879	7.445.855	8.237.173	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	451.403	-
Não circulante						Passivo de arrendamento		-	-	3.341	8.074
Aplicações financeiras	7	-	-	77.595	82.325	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	24	-	-	52.395	28.507
Contas a receber de clientes	8	-	-	420.364	397.333	Outras contas a pagar		-	-	456.598	213.106
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	196.698	108.587	Total do passivo circulante		377.059	88.270	5.408.623	4.734.773
Depósitos judiciais	24	-	-	200.848	175.498	Não circulante					
Serviços pedidos		-	-	12.783	25.649	Fornecedores	16	-	-	10.849	6.695
Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	-	107.017	213.533	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	3.499.227	2.833.170
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	-	148.473	727.512	Debêntures	18	-	-	1.345.960	1.839.974
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	82.200	49.520	Plano de aposentadoria e pensão		-	-	58.138	41.435
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	85.120	85.120	Impostos e contribuições a recolher	19	-	-	105.744	174.574
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	10.199	5.840	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	924.916	700.522
Outras contas a receber		-	-	24.641	293.729	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	-	170.307
Investimentos	12	5.126.715	5.107.928	32.862	13.938	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	1.008.514	940.279
Ativo financeiro da concessão	13	-	-	6.952.650	5.574.097	Instrumentos financeiros derivativos	32.4	-	-	8.166	-
Intangível	14	-	-	3.258.823	3.660.986	Encargos setoriais	23	-	-	29.960	390.687
Ativo de contrato	15	-	-	1.004.197	611.027	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	24	-	-	484.075	490.474
Direito de uso		-	-	18.252	23.537	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	844.566	1.567.845
Total do ativo não circulante		5.126.715	5.107.928	12.632.722	12.048.231	Passivo de arrendamento		-	-	16.731	14.992
						Outras contas a pagar		-	-	98.980	103.708
						Total do passivo não circulante		-	-	8.435.826	9.274.662
						Patrimônio líquido	26				
						Capital social	26.1	4.638.718	4.638.718	4.638.718	4.638.718
						Reservas de capital		174.459	155.587	174.459	155.587
						Reservas de lucros	26.2	263.126	331.083	263.126	331.083
						Ajuste de avaliação patrimonial	26.3	(4.956)	6.149	(4.956)	6.149
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		5.071.347	5.131.537	5.071.347	5.131.537
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.162.781	1.144.432
						Total do patrimônio líquido		5.071.347	5.131.537	6.234.128	6.275.969
Total do ativo		5.448.406	5.219.807	20.078.577	20.285.404	Total do passivo e patrimônio líquido		5.448.406	5.219.807	20.078.577	20.285.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	27	-	-	13.509.164	9.981.843
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	-	(6.803.699)	(4.597.564)
Custo de construção	28	-	-	(1.685.363)	(1.241.496)
Custo da operação		-	-	(929.661)	(1.022.497)
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	-	-	(9.418.723)	(6.861.557)
Lucro bruto		-	-	4.090.441	3.120.286
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	-	-	(349.568)	(146.016)
Despesas gerais e administrativas	28	(134)	(15.933)	(515.487)	(613.544)
Perdas por redução ao valor recuperável	28	-	-	(231.778)	(260.164)
Resultado da equivalência patrimonial	12	1.587.707	1.148.325	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(44)	(121.144)	(53.424)
Total de receitas (despesas) operacionais		1.587.573	1.132.348	(1.217.977)	(1.073.148)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		1.587.573	1.132.348	2.872.464	2.047.138
Receitas financeiras	30	47	165	780.248	660.594
Despesas financeiras	30	(39)	(50)	(1.213.995)	(906.758)
Resultado financeiro	30	8	115	(433.747)	(246.164)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		1.587.581	1.132.463	2.438.717	1.800.974
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	-	-	(261.686)	(205.557)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	-	-	(224.394)	(193.501)
Impostos sobre o lucro	20	-	-	(486.080)	(399.058)
Lucro líquido do exercício		1.587.581	1.132.463	1.952.637	1.401.916
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		1.431.127	1.132.463	1.587.581	1.132.463
Acionistas não controladores		156.454	-	365.056	269.453
Lucro líquido do exercício		1.587.581	1.132.463	1.952.637	1.401.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.587.581	1.132.463	1.952.637	1.401.916
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(7.279)	784	(12.183)	812
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	(3.826)	66	(3.541)	276
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(11.105)	850	(15.724)	1.088
Total dos resultados abrangentes	1.576.476	1.133.313	1.936.913	1.403.004
Acionistas controladores	1.576.476	1.133.313	1.576.476	1.133.313
Acionistas não controladores	-	-	360.437	269.691
Total dos resultados abrangentes	1.576.476	1.133.313	1.936.913	1.403.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Legal	Reserva de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.638.718	113.401	9.791	139.521	5.299	-	4.906.730	1.081.147	5.987.877
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	-	42.186	-	-	-	-	42.186	-	42.186
Dividendos adicionais de 2019 distribuídos	-	-	-	(139.521)	-	-	(139.521)	(14.401)	(153.922)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.132.463	1.132.463	269.453	1.401.916
Resultado abrangente do exercício									
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	784	-	784	28	812
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	-	-	-	-	66	-	66	210	276
Destinação do lucro									
Constituição da reserva legal	-	-	56.623	-	-	(56.623)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(268.960)	(268.960)	(51.183)	(320.143)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	264.669	-	(806.880)	(542.211)	(140.822)	(683.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.638.718	155.587	66.414	264.669	6.149	-	5.131.537	1.144.432	6.275.969
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	26.4.1	-	18.872	-	-	-	18.872	-	18.872
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	26.2.2 26.5	-	-	(264.669)	-	-	(264.669)	(55.183)	(319.852)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.587.581	1.587.581	365.056	1.952.637
Resultado abrangente do exercício									
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	26.3	-	-	-	(7.279)	-	(7.279)	(4.904)	(12.183)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	26.3	-	-	-	(3.826)	-	(3.826)	285	(3.541)
Destinação do lucro									
Constituição da reserva legal	26.2.1	-	-	79.379	-	(79.379)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	(377.051)	(377.051)	(73.316)	(450.367)
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	117.333	-	(1.131.151)	(1.013.818)	(213.589)	(1.227.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.638.718	174.459	145.793	117.333	(4.956)	-	5.071.347	1.162.781	6.234.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.587.581	1.132.463	1.952.637	1.401.916
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	-	-	589.166	503.819
Amortização do direito de concessão	-	15.654	15.654	15.654
Resultado de equivalência patrimonial	(1.587.707)	(1.148.325)	-	-
Baixa de intangível, financeiro e contratual	-	-	83.211	34.268
Atualização do ativo financeiro	-	-	(733.095)	(200.965)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	771.308	769.985
Ganhos com instrumentos derivativos	-	-	(39.135)	(277.306)
Ajuste a valor presente	-	-	20.873	20.682
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	231.778	435.761
Reversão de títulos baixados	-	-	-	(175.597)
Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	5.915	3.604
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	95.492	83.314
Provisão e atualização de processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	50.041	45.679
Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(2.146.168)	(361.440)
Rendimentos de aplicações financeiras	(49)	(173)	(165.477)	(87.281)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	224.394	193.501
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	-	261.686	205.557
Valor justo das opções de compra	-	-	30.238	42.186
Provisão da participação nos lucros	-	-	58.152	57.965
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	10.162	639
Outros	-	45	-	1.443
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	-	(3.115)
Atualização da Sub-rogação da CCC	-	-	(15.374)	-
	(175)	(336)	1.301.458	2.710.269
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	(528.834)	(81.460)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	-	-	-	1.291
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	(33.342)	18.207
Serviços pedidos	-	-	(62.924)	(95.015)
Depósitos judiciais	-	-	(25.377)	10.481
Almoxarifado	-	-	(101.810)	(13.692)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(42.255)	3.861
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4)	(33)	(69.177)	(29.256)
Outros créditos	-	-	(231.408)	(325.073)
Sub-rogação da CCC	-	-	214.559	-
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	(1.360)	796
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.051.335	741.542
Fornecedores	(39)	45	365.130	290.043
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	-	(20.091)	(79.369)
Impostos e contribuições a recolher	-	(2)	578.218	258.454
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	-	292	(51.776)
Contribuição de iluminação pública	-	-	(8.401)	6.242
Encargos setoriais	-	-	(412.798)	(59.072)
Participação nos lucros	-	-	(47.444)	(53.354)
Provisão de processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(42.156)	(47.830)
Outras contas a pagar	-	-	227.398	31.956
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	-	4.758
Recebimento de dividendos	1.367.882	909.327	-	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.367.839	909.337	809.555	531.734
Juros pagos/recebidos	-	-	(415.083)	(258.039)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.367.664	909.001	1.695.930	2.983.964
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Adições de obrigações especiais	-	-	153.126	296.179
Aquisições no ativo contratual	-	-	(1.630.626)	(1.119.731)
Aplicações financeiras	(789)	(301)	941.899	(751.036)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(789)	(301)	(535.601)	(1.574.588)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(1.694.669)	(334.417)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.442.865	724.444
Amortização de debêntures	-	-	(447.854)	(90.898)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(8.348)	(12.159)
Partes relacionadas - Liberações de mútuos	-	-	(10.000)	-
Partes relacionadas - Recebimento de mútuos	-	-	130.000	-
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	91.806	-
Dividendos pagos	(1.366.710)	(908.976)	(1.662.654)	(1.097.852)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(378)	(47.378)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(1.366.710)	(908.976)	(2.159.232)	(858.260)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	165	(276)	(998.903)	551.116
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	287	563	1.253.342	702.226
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	452	287	254.439	1.253.342
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	165	(276)	(998.903)	551.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	-	-	17.841.178	13.478.161
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	(231.778)	(260.164)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	11	2.386
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.609.411</u>	<u>13.220.383</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(8.489.062)	(5.839.060)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(134)	(279)	(878.465)	(829.341)
Subvenção - CCC	-	-	(17.917)	(123.759)
Outras despesas	-	(44)	(148.790)	(98.560)
	<u>(134)</u>	<u>(323)</u>	<u>(9.534.234)</u>	<u>(6.890.720)</u>
Valor (aplicado) adicionado bruto	<u>(134)</u>	<u>(323)</u>	<u>8.075.177</u>	<u>6.329.663</u>
Amortização e depreciação	-	-	(589.166)	(503.819)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>(134)</u>	<u>(323)</u>	<u>7.486.011</u>	<u>5.825.844</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	49	173	805.906	679.397
Resultado de equivalência patrimonial	1.587.707	1.148.325	-	-
Amortização do direito de concessão	-	(15.654)	(15.654)	(15.654)
	<u>1.587.756</u>	<u>1.132.844</u>	<u>790.252</u>	<u>663.743</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.587.622</u>	<u>1.132.521</u>	<u>8.276.263</u>	<u>6.489.587</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	-	-	196.229	162.553
Benefícios	-	-	64.491	76.542
FGTS	-	-	21.399	17.360
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>282.119</u>	<u>256.455</u>
Tributos				
Federais	2	8	2.165.600	1.715.812
Estaduais	-	-	2.656.961	2.203.776
Municipais	-	-	3.193	2.784
	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>4.825.754</u>	<u>3.922.372</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	-	-	953.151	768.776
Aluguéis	-	-	1.758	2.086
Outros	39	50	260.844	137.982
	<u>39</u>	<u>50</u>	<u>1.215.753</u>	<u>908.844</u>
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	1.508.202	1.075.840	1.721.791	1.267.845
Lucro retido no exercício	79.379	56.623	79.379	134.071
Participação dos não controladores no lucro do exercício	-	-	151.467	-
	<u>1.587.581</u>	<u>1.132.463</u>	<u>1.952.637</u>	<u>1.401.916</u>
Valor adicionado	<u>1.587.622</u>	<u>1.132.521</u>	<u>8.276.263</u>	<u>6.489.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Distribuição” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas, denominada “Grupo”, é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial Energia S.A é controladora da “Equatorial Distribuição”.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Notas	2021	2020
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	65,11%	65,11%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	96,50%	96,50%

- (a) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Maranhão, atendendo 2.629.453(*) consumidores em 217(*) municípios e cobrindo uma área com 331.937 km² (*), em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Equatorial Maranhão em 28 de agosto de 2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração; e
- (b) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Pará, atendendo 2.810.985(*) consumidores em 144(*) municípios e cobrindo uma área com 1.245.871 km² (*), em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Pará em 28 de julho de 1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

(*) não auditado

As controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como “controladas”.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia e suas controladas têm acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Em 1º de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que restabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878, nº 886, e nº 891 (revogadas no exercício de 2020). Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplemento para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais Baixa Renda e onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estariam vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias.

Com isso, a Resolução Normativa nº 936/2021, que manteve a proibição de cortes de energia por inadimplência de consumidores residenciais e prestadores de atividades essenciais em função da pandemia, permaneceu vigente até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, não constam vigentes regulamentos que flexibilizem obrigações por motivo atribuível a pandemia.

As controladas da Companhia, por serem reguladas, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão. A Companhia e suas controladas apresentam abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário;
- (ii) Sobrecontração: a controlada Equatorial Maranhão está com um nível contratual de 102,51%, que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas. A controlada Equatorial Pará está com um nível de cobertura contratual de 105,62%, classificada como involuntária que sucedeu o reconhecimento de um ativo financeiro no valor de R\$ 6.022; e
- (iii) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD): A partir de 1º de outubro de 2021, a ANEEL liberou a suspensão de fornecimento para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, que estava previsto na Resolução nº 936/2021. Nesse contexto, as controladas da Companhia anteciparam Campanha de Negociação com condições diferenciadas para proporcionar a regularização das dívidas dos clientes Baixa Renda (as resoluções que proibiam a suspensão de fornecimento de energia para outras classes de clientes não permaneceram vigentes no exercício de 2021, portanto, não há impacto para este exercício) e evitar a suspensão de fornecimento dessa classe de consumo. As controladas da Companhia intensificaram as ações de modo a aumentar a eficiência do seu processo de cobrança, tais como: envio de mensagem de texto, e-mail, corte, recorte, *call center*, assessoria de cobrança, negativação, protesto e visita. Essas ações de cobrança contribuíram para a redução da inadimplência em 2021, mantendo a PECLD em patamares históricos.

O efeito financeiro e econômico para as controladas da Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos. As controladas da Companhia já retornaram suas atividades presenciais, mantendo ainda as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela OMS. As controladas da Companhia continuarão monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Conta-COVID

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que aborda os critérios e os procedimentos para gestão da Conta-Covid, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas de distribuidoras, criada pelo Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020. A Conta-Covid visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário. Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de Compensação de Variação de itens de Parcela A (CVA) em constituição, a serem constituídos e não amortizados, reconhecido no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; e (vi) antecipação de itens relativos à Parcela B.

Em 03 de julho de 2020, as controladas da Companhia aderiram à Conta-Covid e com essa adesão são aplicadas restrições às distribuidoras controladas pela Companhia, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplemento intrasetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimentos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Até 31 de dezembro de 2021, conforme os Despachos nºs 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021, respectivamente, publicados pela ANEEL, as controladas da Companhia receberam o montante de R\$ 769.439 da Conta-Covid.

A tabela a seguir, apresenta o repasse por Distribuidora:

Distribuidora	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	12/01/2021	Total
Equatorial Maranhão	116.674	19.114	9.472	206	1.698	59.930	38.127	245.221
Equatorial Pará	284.511	30.622	785	-	-	89.680	118.620	524.218
Total	401.185	49.736	10.257	206	1.698	149.610	156.747	769.439

As controladas da Equatorial Distribuição S.A. concluíram que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de parcelas que, em situações normais, seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários.

Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, as controladas da Companhia registraram acréscimo de caixa contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários.

Vale lembrar que a Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

2 Contratos de concessão de distribuição de energia elétrica

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

2.1 Equatorial Maranhão

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Maranhão e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.2 Equatorial Pará

Conforme C Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Pará e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.2.1 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, referente a 23 Usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses. O processo acima tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Equatorial Pará a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nota explicativa nº 4.1 – Base de consolidação:** Determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;
- **Nota explicativa nº 8.2 - Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa nº 9 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros:** Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- **Nota explicativa nº 12 – Equivalência patrimonial em investidas:** Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa nº 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 20.1 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa nº 24 - Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa nº 26.4 - Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções;
- **Nota explicativa nº 27 – Receita operacional líquida:** Quando as controladas da Companhia prestam serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nota explicativa nº 31 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões;
- **Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; e
- **Nota explicativa nº 32.4 – Valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.22.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.1.3 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas contábeis e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

4.1.4. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.3 Receita operacional

4.3.1 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) as controladas da Companhia satisfizerem à obrigação de performance ao transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

As controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfazem à obrigação de performance e reconhecem receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte das controladas à medida que as controladas efetivam o desempenho; (b) o desempenho por parte das controladas cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; ou (c) o desempenho por parte das controladas não cria um ativo com uso alternativo para as controladas e as controladas possuem direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A receita operacional é composta da seguinte forma:

(i) Receita de distribuição

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, as controladas da Companhia reconhecem a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede

As controladas da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

(iii) Receita de construção

As controladas da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas da Companhia.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

4.5 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas da Companhia (cessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota explicativa nº 13 – Ativo financeiro da concessão.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas.

Caso as controladas da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro.

4.6 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial.

Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência.

4.7 Ativos intangíveis

4.7.1 Contratos de concessão de serviços

As controladas da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.7.2 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador.

4.7.3 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelas controladas da Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.7.4 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.7.5 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão (ICPC 01), devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição.

4.9 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.10 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Encargo estabelece em que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, conforme estabelecido na Lei nº 9.991/2000, com alterações inseridas pela Lei nº 14.120/2021, os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Até 31/12/2022						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

- **Conta de desenvolvimento energético (CDE)** - Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. Nota explicativa nº 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes;
- **Encargo de serviços do sistema (ESS)** - Tem como finalidade destinar recursos à cobertura dos custos dos serviços do SIN (Sistema Interligado Nacional), compreende entre outros: custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito; a reserva de potência operativa para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma; a reserva de capacidade superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador, necessária para a operação do sistema de transmissão; e a operação dos geradores como compensadores síncronos, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas. O EER (Encargos de Energia de Reserva) representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN (Sistema Interligado Nacional). Nota explicativa nº 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes; e

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)** - Destina-se à cobertura do custeio das atividades da ANEEL e tem sua metodologia de cálculo detalhada no submódulo 5.5. do Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET. A TFSEE foi instituída pela Lei n.º 9.427/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 2.410/1997, e, posteriormente, alterada pela Lei n.º 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu o valor de 0,5% para 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária. Nota explicativa n.º 9 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

Esses encargos são apresentados como dedução da receita de uso do sistema de distribuição na demonstração do resultado.

4.11 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.11.1 Benefícios fiscais

Equatorial Maranhão

SUDENE

Em 08 de agosto de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

Equatorial Pará

SUDAM

Em 28 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 180/2018, que outorga à Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

4.11.2 Benefícios para reinvestimentos

Equatorial Maranhão

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

4.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.13 Benefícios a empregados

4.13.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.13.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.13.3 Planos de benefício definido

As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

4.13.4 Plano de opção de compra de ações

A Equatorial Energia S.A. (controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A.) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Equatorial Maranhão e Equatorial Pará.

As controladas da Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (ou com outros ativos).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.14.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes, se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.14.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e suas controladas.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são ajustados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.15 Instrumentos financeiros

4.15.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.15.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

4.15.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, as controladas da Companhia atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, as controladas da Companhia atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, as controladas da Companhia aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.15.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.15.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

As controladas da Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo:

(a) *Hedge* diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência

As controladas da Companhia alteram a descrição do instrumento de *hedge* apenas se as seguintes condições forem satisfeitas:

- Há uma alteração exigida pela reforma da IBOR, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* original; e
- O instrumento de *hedge* original não é desreconhecido.

(b) *Hedge* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.16 Capital social

4.16.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.16.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

4.16.3 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

Conforme disposto no acordo de acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, a deliberação do pagamento é realizada pela Companhia em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente a:

- (a) 15% do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do art. 191 da Lei das Sociedades por ações, feitas as deduções exigidas no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará S.A. e Equatorial Maranhão, no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objetivo de discussão débitos de PIS/COFINS (“Ações fiscais” e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro líquido”) auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativos aos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022;
- (b) 40% do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025; e

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) 55% do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a partir do exercício social de 2026 em diante.

4.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

4.17.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial;
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e
- Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 33.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes.

As controladas da Companhia consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização.

4.17.3 Ativos não financeiros

As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

As controladas da Companhia concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.18 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, com exceção dos parcelamentos, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

4.19 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(a) Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

As controladas da Companhia adotam o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da cobrança adotada pelas Controladas da Companhia.

As controladas utilizam uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes individuais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

4.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.21 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.21.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

(b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4.22 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

(b) IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas.

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(f) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Assuntos regulatórios

5.1 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8- Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT) apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Por fim, anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL irá definir o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), Medida Provisória nº 1.055/2021, com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica.

Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da “Bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 0,04/kWh, vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,09/kWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,02/kWh e verde, sem acréscimo

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O reconhecimento das receitas ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT.

Em 2021 e 2020, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da Bandeira	
	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Vermelha Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Vermelha Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Vale ressaltar que o Despacho nº 1.511, de 01 de junho de 2020, suspendeu em caráter excepcional e temporário, a aplicação sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do PRORET; e acionou bandeira verde, até a data citada, consoante ao período estipulado no Decreto nº 10.350/2020, para cobertura dos custos do setor elétrico com recursos da Conta-Covid.

Em 1º de dezembro de 2020, o Despacho nº 1.511/2020 foi revogado por meio do Despacho nº 3.364/2020 reativando a sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias a partir de 1º de dezembro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará auferiram receita no montante de R\$ 964.024 (R\$ 106.935 em 31 de dezembro de 2020) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 912.137 (R\$ 64.697 em 31 de dezembro de 2020) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 51.887 (R\$ 42.238 em 31 de dezembro de 2020) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o art. 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

5.3 Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits – MCSDD de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente – MVE, conforme previsto na Resolução Normativa 904/2020, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado – CCEARs. No caso de as empresas não adequarem seu portfólio de contratos, a energia excedente aos 105% será classificada como voluntária. Para o período de 2021, a controlada Equatorial Pará teve a energia excedente aos 105% classificada como voluntária, portanto, apurando um efeito positivo no resultado em virtude do PLD elevado.

5.4 Revisão Tarifária Periódica –Equatorial Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Pará, aplicado desde 07 de agosto de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.920/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Pará, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 9,01% nas contas de energia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5.5 Revisão Tarifária Periódica – Equatorial Maranhão

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em Reunião de Diretoria pública, aprovou a Revisão Tarifária Periódica 2021 da Equatorial Maranhão, a ser aplicada desde 28 de agosto de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.925/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Maranhão, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 2,79% nas contas de energia.

5.6 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para àqueles que reduzirem, voluntariamente, os gastos com energia. O Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal entrou em vigor em 1º de setembro de 2021 com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizarem energia. As controladas da Companhia reconheceram um ativo no montante total de R\$ 106.430, sendo neutralizado integralmente com um passivo de mesmo valor.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	3	104	55.536	44.315
Equivalentes de caixa (a)				
Investimentos				
Certificado de depósito bancário – CDB	449	183	92.059	416.510
Operações compromissadas	-	-	-	312.983
Fundo de investimento				
Cotas de fundos de investimentos	-	-	11	48.623
Operações compromissadas	-	-	74.323	423.719
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	27.519	-
Fundo de investimento aberto (b)	-	-	4.991	7.192
Subtotal de caixa e equivalentes	449	183	198.903	1.209.027
Total (c)	452	287	254.439	1.253.342

(a) Referem-se a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2)/IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e

(b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia e suas controladas, não constituindo aplicações de médio ou longo prazo, nem estão sujeitos a significativas variações no valor, sendo prontamente conversíveis em caixa e equivalentes, conforme CPC 03 (R2)/ IAS 7 – Demonstrações de Fluxo de Caixa.

(c) A redução no consolidado de R\$ 998.903 ocorreu, principalmente, devido aos seguintes principais fatores: Na Equatorial Maranhão houve pagamento de dividendos e na Equatorial Pará, houve utilização de recursos para atender à compromissos de caixa de curto prazo, principalmente, pagamento de debêntures.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A carteira da Companhia e suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivale a 102,0% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Fundos de investimentos (a)				
Cotas de fundos de investimento	1.312	474	1.585.311	2.349.837
Títulos públicos	-	-	251.073	360.973
Letra financeira	-	-	83.142	-
Fundo de investimento aberto (b)	-	-	133.729	114.137
Total circulante	1.312	474	2.053.255	2.824.947
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	77.595	82.325
Total não circulante	-	-	77.595	82.325
Total	1.312	474	2.130.850	2.907.272

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido), conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

A carteira da Companhia e suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a 108,05% do CDI (90,79% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)

8.1 Composição dos saldos

	2021				2020			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias		A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	288.525	408.660	1.222.707	1.919.892	244.418	309.480	1.112.938	1.666.836
Industrial	84.178	12.280	112.920	209.378	69.628	8.257	112.113	189.998
Comercial	177.123	53.649	227.269	458.041	152.918	43.199	216.421	412.538
Rural	30.658	38.120	152.852	221.630	23.061	23.230	127.307	173.598
Poder público	78.447	18.577	37.643	134.667	53.138	23.328	35.523	111.989
Iluminação pública	15.621	3.461	12.689	31.771	16.154	2.021	12.337	30.512
Serviço público	39.486	18.419	18.818	76.723	30.663	17.402	16.311	64.376
Contas a receber de consumidores faturados	714.038	553.166	1.784.898	3.052.102	589.980	426.917	1.632.950	2.649.847
Residencial	623.572	56.122	561.889	1.241.583	672.948	57.598	480.326	1.210.872
Industrial	20.116	1.552	41.858	63.526	25.762	2.001	40.325	68.088
Comercial	74.062	5.423	85.902	165.387	93.872	8.696	76.932	179.500
Rural	29.401	3.764	35.328	68.493	30.487	3.286	30.436	64.209
Poder público	106.467	1.155	5.572	113.194	103.602	3.471	5.894	112.967
Iluminação pública	28.410	723	1.130	30.263	31.899	1.402	1.371	34.672
Serviço público	88.925	1.191	3.410	93.526	88.039	2.523	2.914	93.476
Parcelamentos (a)	970.953	69.930	735.089	1.775.972	1.046.609	78.977	638.198	1.763.784
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	387.453	-	-	387.453	320.546	-	-	320.546
Baixa renda (c)	96.738	-	-	96.738	88.673	-	-	88.673
Outras	227.971	-	-	227.971	188.616	-	-	188.616
Total	2.397.153	623.096	2.519.987	5.540.236	2.234.424	505.894	2.271.148	5.011.466
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(352.786)	(100.276)	(1.871.565)	(2.324.627)	(1.654.014)	(689.378)	250.013	(2.093.379)
Total contas a receber clientes	2.044.367	522.820	648.422	3.215.609	580.410	(183.484)	2.521.161	2.918.087
Circulante				2.795.245				2.520.754
Não circulante				420.364				397.333

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso das controladas da Companhia e possuem juros de até 1% a.m. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente. Para os parcelamentos anteriormente firmados sem juros ou com taxas baixas, as controladas da Companhia efetuaram o respectivo ajuste a valor presente;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	2020	Provisões/ adições (a)	Reversões (a)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	1.173.831	178.043	(19.761)	1.332.113
Parcelamentos	847.075	73.189	(12.120)	908.144
Contas a receber de consumidores não faturados	15.794	72.686	(69.317)	19.163
Outras	56.679	104.648	(96.120)	65.207
Total	<u>2.093.379</u>	<u>428.566</u>	<u>(197.318)</u>	<u>2.324.627</u>

	2019	Provisões/ adições (a)	Reversões (a)	2020
Contas a receber de consumidores faturados	926.483	312.026	(64.678)	1.173.831
Parcelamentos	681.596	190.001	(24.522)	847.075
Contas a receber de consumidores não faturados	22.409	39.010	(45.625)	15.794
Outras	23.526	148.341	(115.188)	56.679
Total	<u>1.654.014</u>	<u>689.378</u>	<u>(250.013)</u>	<u>2.093.379</u>

- (a) O efeito líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referente à provisão e reversão de provisão de perda ao valor recuperável do contas a receber nas controladas da Companhia foi de R\$ 231.248 (R\$ 439.365 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, as controladas da Companhia reconheceram provisão de outros créditos a receber de R\$ 6.445 (R\$ 175.597 referente a reversão de perdas em 31 de dezembro de 2020), gerando um impacto líquido de R\$ 237.693 (R\$263.768 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 231.778 no resultado operacional (R\$ 260.164 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.915 no resultado financeiro (R\$3.604 em 31 de dezembro de 2020) decorrente de juros de mora contabilizado no resultado financeiro.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2020	Constituição	Amortização	Atualização	Recebimento CCRB (h)	Repasse da Conta-Covid	Créditos PIS/COFINS	Reclassifi- cações	2021
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	11.142	21.249	(22.101)	1.177	-	-	-	-	11.467
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(9.193)	16.372	2.571	483	-	-	-	-	10.233
Rede básica	90.795	60.184	(63.021)	4.330	-	-	-	-	92.288
Compra de energia CVA (a)	318.774	1.094.236	(205.576)	19.188	(815.774)	-	-	-	410.848
ESS - Encargos do serviço do sistema (b)	5.657	786.486	(8.437)	7.130	(68.203)	-	-	-	722.633
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (c)	(350.141)	-	287.786	(13.870)	-	(156.747)	-	-	(232.972)
	67.034	1.978.527	(8.778)	18.438	(883.977)	(156.747)	-	-	1.014.497
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia (d)	(78.370)	(115.298)	43.836	(3.428)	-	-	-	-	(153.260)
Neutralidade	(21.846)	(18.302)	8.210	(1.521)	-	-	-	-	(33.459)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (e)	(233.537)	(39.410)	79.655	(6.911)	-	-	-	-	(200.203)
Acordos bilaterais (f)	78.368	215	(78.445)	-	-	-	-	-	138
Risco hidrológico (g)	(103.814)	-	(96.484)	(12.693)	-	-	-	-	(212.991)
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (c)	(108.999)	-	94.715	(29)	-	-	-	-	(14.313)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 25	-	-	300.294	-	-	-	(300.294)	-	-
Outros	4.970	4.242	(717)	52	-	-	-	(10.611)	(2.064)
	(463.228)	(168.553)	351.064	(24.530)	-	-	(300.294)	(10.611)	(616.152)
Total	(396.194)	1.809.974	342.286	(6.092)	(883.977)	(156.747)	(300.294)	(10.611)	398.345
Circulante									
Valores a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	201.647
Valores a pagar	(334.474)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito líquido ativo (passivo)	(334.474)	-	-	-	-	-	-	-	201.647
Não circulante									
Valores a receber	108.587	-	-	-	-	-	-	-	196.698
Valores a pagar	(170.307)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito líquido ativo (passivo)	(61.720)	-	-	-	-	-	-	-	196.698
Efeito líquido total	(396.194)	-	-	-	-	-	-	-	398.345

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	Constituição	Efeito de ajuste tarifário	Atualização	Amortizações	2020
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(31.387)	35.489	(51)	(128)	7.219	11.142
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.792	(14.962)	(366)	(205)	548	(9.193)
Rede básica	34.748	76.583	1.196	1.199	(22.931)	90.795
Compra de energia CVA	594.605	196.426	(27.665)	12.006	(456.598)	318.774
ESS - Encargos do serviço do sistema	(125.695)	(17.732)	13.233	(3.333)	139.184	5.657
(-) Repasses da Conta-Covid – Parcela A	-	(428.498)	-	(2.715)	81.072	(350.141)
	<u>478.063</u>	<u>(152.694)</u>	<u>(13.653)</u>	<u>6.824</u>	<u>(251.506)</u>	<u>67.034</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia	(58.828)	(30.249)	80	(1.216)	11.843	(78.370)
Neutralidade	706	(9.984)	4.503	(366)	(16.705)	(21.846)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(297.519)	12.356	-	1.027	50.599	(233.537)
Acordo bilateral	6.413	250	134.311	44	(62.650)	78.368
Risco hidrológico	(139.128)	-	(1.981)	(3.278)	40.573	(103.814)
Constituição de passivo regulatório – Conta-Covid	-	(184.194)	(1.081)	434	75.842	(108.999)
Outros	(5.799)	13.989	2.331	(156)	(5.395)	4.970
	<u>(494.155)</u>	<u>(197.832)</u>	<u>138.163</u>	<u>(3.511)</u>	<u>94.107</u>	<u>(463.228)</u>
Total	<u>(16.092)</u>	<u>(350.526)</u>	<u>124.510</u>	<u>3.313</u>	<u>(157.399)</u>	<u>(396.194)</u>
Circulante						
Valores a receber	116.282					-
Valores a pagar	-					(334.474)
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>116.282</u>					<u>(334.474)</u>
Não circulante						
Valores a receber	-					108.587
Valores a pagar	(132.374)					(170.307)
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>(132.374)</u>					<u>(61.720)</u>
Efeito líquido total	<u>(16.092)</u>					<u>(396.194)</u>

- (a) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico (nota explicativa nº 32.5 f). - Risco de escassez de energia (risco hidrológico) e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R\$ 861.437 (R\$ 389.188 da Equatorial Maranhão e R\$ 472.249 da Equatorial Pará). Ademais tem-se o acionamento das usinas termoeletrica motivada pelo cenário de escassez hídrica .Os contratos de energia tiveram constituições positivas de R\$232.799 (R\$ 134.088 da Equatorial Maranhão e R\$ 98.711 da Equatorial Pará), o que reflete um preço médio de pagamento maior em relação à cobertura tarifária, esse resultado é devido ao aumento dos despachos térmicos no último semestre, o que elevam a parcela variável dos contratos de energia por disponibilidade gerando efeito líquido de constituição de CVA positivo em R\$ 1.094.236 (R\$ 523.276 da Equatorial Maranhão e R\$ 570.960 da Equatorial Pará). O impacto da amortização para esse exercício foi negativo em R\$ (205.576) (R\$ 98.715 da Equatorial Maranhão e R\$ 106.861 da Equatorial Pará);
- (b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi inferior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 786.486 (R\$ 457.661 na Equatorial Pará e R\$ 328.825 na Equatorial Maranhão) sendo R\$ 997.234 (R\$ 581.264 na Equatorial Pará e R\$ 415.970 na Equatorial Maranhão) referente à constituição da CVA ESS, R\$ (125.225) ((R\$ 73.883) na Equatorial Pará e (R\$ 51.342) na Equatorial Maranhão) passivo referente ao excedente financeiro de energia de reserva e R\$ (85.523) ((R\$ 49.720) na Equatorial Pará e (R\$ 35.803) na Equatorial Maranhão) referente ao repasse de bandeira ESS. O impacto da amortização do exercício foi de (R\$ 8.437) ((R\$ 29.576) na Equatorial Pará e R\$ 21.139 na Equatorial Maranhão) e do valor de (R\$ 68.203) referente a recebimento da conta centralizadora (CCRB), forma de antecipação para alívio das despesas do ESS e por conseguinte reduzindo a constituição da CVA dos próximos reajustes;
- (c) Referem-se aos repasses da Conta-Covid, conforme Despachos nº 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021 publicados pela ANEEL, representados principalmente, por: (i) R\$ 156.747 (R\$ 38.127 da Equatorial Maranhão e R\$ 118.620 da Equatorial Pará valores recebidos em 12 de janeiro de 2021), conforme o Despacho 046/2021; e (ii) R\$ 382.501 (R\$ 115.463 da Equatorial Maranhão e R\$ 267.038 da Equatorial Pará) amortizado (parcela A e itens financeiros) através da tarifa homologada no Reajuste Tarifário das controladas no exercício;
- (d) A constituição do saldo negativo de (R\$ 115.298) ((R\$ 95.592) na Equatorial Pará e (R\$ 19.706) na Equatorial Maranhão) deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R\$ 329,97/MWh da Equatorial Pará e R\$ 265,98/MWh da Equatorial Maranhão, ambos superiores ao preço médio de compra de energia de R\$ 191,57/MWh da Equatorial Pará e R\$ 196,17/MWh da Equatorial Maranhão. O impacto da amortização do exercício foi de R\$ 43.836 (R\$ 47.636 da Equatorial Pará e de (R\$ 3.800) da Equatorial Maranhão);
- (e) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabelece a obrigatoriedade na cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada “ultrapassagem de demanda”. Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado “excedente de reativos”. O valor negativo constituído no exercício de 2021 foi (R\$ 39.410) ((R\$ 27.623) na Equatorial Pará e (R\$ 11.787) na Equatorial Maranhão). O tratamento destas receitas adicionais auferida pela distribuidora é calculada conforme o submódulo 2.1 do procedimento de regulação tarifária - PRORET, onde também define: a partir da segunda revisão tarifária posterior ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os valores devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário da Companhia e corrigidos pela SELIC. O impacto da amortização do exercício foi R\$ 79.655 (R\$ 74.630 referente à Equatorial Pará e R\$ 5.025 referente a Equatorial Maranhão);
- (f) Acordos bilaterais com geradoras (CCEAR). Trata-se de um efeito tarifário decorrente de acordos bilaterais entre distribuidoras de energia e geradoras, signatárias de contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, nos termos da REN 711/2016, de modo a prover mecanismo adicional de adequação dos níveis de contratação de energia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante era R\$ 138 (R\$ 78.368 em 31 de dezembro de 2020). O impacto de amortização no exercício foi de R\$ (78.445);

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (g) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET, submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2021, o montante era (R\$ 212.991) (R\$ 103.814) em 31 de dezembro de 2020); e
- (h) No exercício houve o recebimento CCRBT no montante de R\$ 883.977 (R\$ 408.649 da Equatorial Maranhão e R\$ 503.488 da Equatorial Pará efetivamente faturado no ano de 2021, conforme nota explicativa nº 5.1 e R\$ 13.090 da Equatorial Maranhão e R\$ 15.070 da Equatorial Pará de reversão do provisionamento de dezembro de 2020). A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o faturamento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora (CCRBT), em que tais valores são baixados da receita de CVA para não cobrar futuramente no reajuste. Quanto à realização, os valores apurados de Energia /ESS/Sobrecontratação, que possuam cobertura de bandeira tarifária no exercício, são homologados pela ANEEL pelo valor líquido e a realização (amortização) ocorre mensalmente pelos faturamentos da tarifa vigente. Quando ocorre o faturamento da bandeira tarifária aos consumidores, impacta a receita da Companhia positivamente e ao mesmo tempo reduz a receita de CVA. Já quando ocorre recebimento de bandeira tarifária da conta centralizadora, impacta a receita de doação positivamente e reduz a receita de CVA. Para mais informações, ver detalhamento na nota explicativa nº 32.5 f) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico).

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão).

Através da Resolução Homologatória nº 2.925, de 24 de agosto de 2021, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Equatorial Maranhão, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2021 com vigência até 27 de agosto de 2022 e, através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD da controlada Equatorial Pará. As novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2021 com vigência até 6 de agosto de 2022.

As tarifas de aplicação das controladas, constantes da Resolução Homologatória nº 2.925, 24 de agosto de 2021, foram reajustadas em média +2,79% (dois inteiros e setenta e nove por cento) na Equatorial Maranhão, +9,01% (nove inteiros e zero virgula um por cento) na Equatorial Pará conforme Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pelas controladas.

Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela Equatorial Maranhão e Equatorial Pará e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	92.602	81.503
INSS	1.858	6.683
PIS e COFINS	1.547	1.546
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – nota explicativa nº 25	497.237	674.859
Outros	17.085	17.045
Total circulante	610.329	781.636
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	145.828	109.918
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) – nota explicativa nº 25	-	614.979
Outros	2.645	2.615
Total não circulante	148.473	727.512
Total impostos e contribuições a recuperar	758.802	1.509.148

- (a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) As controladas da Companhia possuem um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar circulante de R\$ 497.237, líquido de compensação de impostos federais, sendo R\$ 312.854 (R\$ 348.334 em 31 de dezembro de 2020) referente à Equatorial Pará e R\$ 184.383 (R\$ 326.525 em 31 de dezembro de 2020) referente à Equatorial Maranhão e referente a PIS/COFINS a recuperar não circulante de R\$ 0, sendo R\$ 0 (R\$ 390.146 em 31 de dezembro de 2020) referente à Equatorial Pará e R\$ 0 (R\$ 224.833 em 31 de dezembro de 2020) referente à Equatorial Maranhão. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da ação, conforme nota explicativa nº 25. Este saldo será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Notas	Controladora			
		2021		2020	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Dividendos a receber					
Entidade é controlada direta					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		123.522	-	47.171	-
Equatorial Transmissão S.A.		196.305	-	63.851	-
Total		319.827	-	111.022	-
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial Energia S.A.		339.893	-	74.989	-
Total		339.893	-	74.989	-
Empresas	Notas	Consolidado			
		2021		2020	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	4.794	16.444	4.618	2.789
Companhia de Eletricidade do Amapá	(a)	48	48	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	(a)	30	52	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(b)	2.072	-	2.072	2.559
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.948	10.129	2.763	56
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	128	431	76	33
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	137	462	82	35
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	156	530	95	40
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	307	1.038	184	80
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	125	424	75	32
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	145	492	88	38
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	123	416	74	32
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	193	651	106	50
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(b)	204	632	277	194
Total		11.410	31.749	10.510	5.938
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(c)	13	3.435	13	2.610
Total		13	3.435	13	2.610
Empréstimos mútuos ativos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	42.183	2.174	40.009	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(k)	30.629	2.181	40.003	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(l)	62.425	3.663	151.238	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.		-	136	20.007	-
Total		135.237	8.154	251.257	-

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Notas	Consolidado			
		2021		2020	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Telecomunicações S.A.	(g)	(2.082)	(16.028)	(1.873)	(8.522)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(o)	(1.262)	(14.287)	(1.159)	(11.974)
Equatorial Serviços S.A.	(f)	(4.671)	(49.110)	(9.678)	(85.634)
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	(n)	(518)	(665)	-	-
Equatorial Transmissão S.A.		-	(2.295)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(m)	(266)	(2.499)	(294)	(872)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(m)	(245)	(2.308)	(268)	(935)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(m)	(371)	(2.001)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(m)	(820)	(6.045)	(686)	(894)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	(305)	(2.785)	-	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(m)	(443)	(2.829)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(m)	(2.831)	(23.076)	(2.100)	(93)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(m)	(1.504)	(14.177)	(1.781)	(1.432)
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.	(m)	(472)	(4.489)	(524)	(2.014)
Subtotal		(15.790)	(142.594)	(18.363)	(112.370)
Outros tipos de partes relacionadas					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(d)	(120)	(24.989)	-	-
Instituto Equatorial		(653)	(687)	-	-
Subtotal		(773)	(25.676)	--	-
Total		(16.563)	(168.270)	(18.363)	(112.370)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		(2.596)	(11.300)	(1.672)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		(3.676)	(10.555)	(610)	(931)
Equatorial Transmissão S.A.		(596)	(2.578)	(815)	(1.091)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.		-	-	(1)	(2)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.		-	-	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.		-	-	(3)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.		-	-	(2)	(3)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.		-	-	(2)	(1)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.		-	-	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.		-	-	(2)	(1)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.		-	-	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 9 SPE S.A.		(104)	(233)	-	-
Total		(6.972)	(24.666)	(3.111)	(2.034)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(c)	-	(3.115)	-	(5.627)
Total		-	(3.115)	-	(5.627)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	1.517	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	653	-	623
Total		-	2.170	-	623
Outros tipos de partes relacionadas					
Geradora de Energia do Maranhão S.A.		-	324	-	107
Total		-	324	-	107
Valores a pagar de acordo com recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	(h)	(502.366)	(49.970)	(490.791)	(38.998)
Subtotal		(502.366)	(49.970)	(490.791)	(38.998)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Energia S.A.	(e)	(122.906)	(69.552)	(10.051)	(551)
Subtotal		(122.906)	(69.552)	(10.051)	(551)
Total		(625.272)	(119.522)	(500.842)	(39.549)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Empréstimos

Outros tipos de partes relacionadas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás

Total

-	-	-	(20.263)
<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.263)</u>

- (a) Referem-se as despesas com viagens e hospedagens de colaboradores;
- (b) O contrato de compartilhamento decorre de reembolso das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do art. 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas líquidas para a Companhia e suas Controladas estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses;
- (c) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (d) Os valores com Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5564/2007 - 29431N - 29432N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2025;
- (e) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará;
- (f) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (g) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (h) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2.034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar bruto totaliza R\$ 649.955 (R\$ 649.955 em 31 de dezembro de 2020), o qual é apresentado líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 147.589 (R\$ 159.164 em 31 de dezembro de 2020), ver detalhes na nota explicativa nº 22 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial - Equatorial Pará;
- (i) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de empréstimos mútuos ativos no montante de R\$ 251.257 foram apresentados compondo a rubrica de outros créditos a receber no ativo não circulante. E, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve reclassificação para a melhor apresentação, sendo o saldo de empréstimos mútuos destacado no Balanço Patrimonial no Ativo Circulante, considerando expectativa de liquidação até o exercício seguinte;
- (j) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 3 SPE no montante de R\$ 40.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 31 de dezembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 42.183 (R\$ 40.009 em 31 de dezembro de 2020);
- (k) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 5 SPE no montante de R\$ 50.000 a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. Em 31 de dezembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$30.629 (R\$ 40.003 em 31 de dezembro de 2020);
- (l) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 7 SPE no montante de R\$ 150.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro 2021, o saldo a receber totaliza R\$ 62.425 (R\$ 151.238 em 31 de dezembro de 2020);
- (m) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (n) Os valores com a Equatorial Engenharia S.A. são provenientes da prestação de serviços de construção de iluminação e subestações; e

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(o) Os valores com a Equatorial Piauí são provenientes do contrato de uso da rede de energia da Equatorial Maranhão pelos municípios do Estado do Piauí.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 29 de abril de 2021, conforme Assembleia Geral Ordinária foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2021 (não fixação da remuneração para o exercício de 2020, conforme Assembleia Geral Ordinária, de 15 de junho de 2020).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuem para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos das controladas estão descritos na nota explicativa nº 31 – Benefício pós emprego - e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos das controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26.4 - Planos de opção de compra de ações.

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da Equatorial Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará sem ônus nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Avaliados por equivalência patrimonial:					
Equatorial Maranhão	65,11%	2.144.138	2.112.262	-	-
Equatorial Pará	96,50%	2.982.577	2.995.666	-	-
Subtotal		5.126.715	5.107.928	-	-
Outros investimentos (a)		-	-	32.862	13.938
Total		5.126.715	5.107.928	32.862	13.938

(a) O saldo de R\$ 32.862 em 31 dezembro de 2021 (R\$ 13.938 em 31 dezembro de 2020) refere-se a investimentos da controlada Equatorial Pará.

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas – Controladora

Controladas	2020	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock Options	2021
Equatorial Maranhão	2.112.262	(446.699)	(123.522)	598.596	(8.439)	11.940	2.144.138
Equatorial Pará	2.995.666	(810.162)	(196.305)	989.111	(2.666)	6.933	2.982.577
Total	5.107.928	(1.256.861)	(319.827)	1.587.707	(11.105)	18.873	5.126.715

Controladas	2019	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Stock Options	2020
Equatorial Maranhão	1.986.267	(294.696)	(47.171)	455.939	(15.654)	417	27.160	2.112.262
Equatorial Pará	2.927.334	(575.662)	(63.851)	692.386	-	433	15.026	2.995.666
Total	4.913.601	(870.358)	(111.022)	1.148.325	(15.654)	850	42.186	5.107.928

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Informações das controladas - Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente.

	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2021					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2021												
Equatorial Maranhão	65,1087%	2.701.698	2.079.877	5.117.625	2.675.600	3.063.846	5.389.645	1.750.507	(507.545)	(86.975)	(212.564)	943.423
Equatorial Pará	96,4992%	4.758.546	3.287.767	7.372.198	5.483.062	3.359.915	8.119.519	2.339.934	(693.993)	(346.780)	(273.616)	1.025.545
		<u>7.460.244</u>	<u>5.367.644</u>	<u>12.489.823</u>	<u>8.158.662</u>	<u>6.423.761</u>	<u>13.509.164</u>	<u>4.090.441</u>	<u>(1.201.538)</u>	<u>(433.755)</u>	<u>(486.180)</u>	<u>1.968.968</u>

	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado em 2020					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2020												
Equatorial Maranhão	65,1087%	3.277.130	2.232.872	4.617.166	2.664.181	2.997.243	4.106.994	1.342.543	(447.068)	(42.211)	(152.991)	700.273
Equatorial Pará	96,4992%	4.970.063	2.535.530	7.271.204	6.332.559	3.373.178	5.874.849	1.777.743	(608.877)	(204.068)	(246.254)	718.544
		<u>8.247.193</u>	<u>4.768.402</u>	<u>11.888.370</u>	<u>8.996.740</u>	<u>6.370.421</u>	<u>9.981.843</u>	<u>3.120.286</u>	<u>(1.055.945)</u>	<u>(246.279)</u>	<u>(399.245)</u>	<u>1.418.817</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Conciliação dos investimentos

2021									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão/ Mais e menos valia	Stock Options	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	3.063.847	943.423	614.250	(15.654)	1.994.831	135.665	13.642	2.144.138
Equatorial Pará	96,50%	3.359.915	1.024.994	989.111	-	3.242.291	(260.483)	769	2.982.577
		6.423.762	1.968.417	1.603.361	(15.654)	5.237.122	(124.818)	14.411	5.126.715

2020									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão/ Mais e menos valia	Stock Options	Total do investimento	
Equatorial Maranhão	65,11%	2.997.243	700.273	455.939	1.951.467	151.319	9.476	2.112.262	
Equatorial Pará	96,50%	3.373.178	718.544	692.386	3.255.090	(259.950)	526	2.995.666	
		6.370.421	1.418.817	1.148.325	5.206.557	(108.631)	10.002	5.107.928	

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2020	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. ativos de contrato (b)	Baixas (d)	Outros (e)	2021
Ativo financeiro	7.288.321	987.302	772.862	(23.127)	(1.764)	9.023.594
Obrigações especiais (c)	(1.714.224)	(254.207)	(102.513)	-	-	(2.070.944)
Total ativo financeiro	<u>5.574.097</u>	<u>733.095</u>	<u>670.349</u>	<u>(23.127)</u>	<u>(1.764)</u>	<u>6.952.650</u>

	2019	Atualização do ativo financeiro (a)	Transf. Ativos de contrato (b)	Baixas	2020
Ativo financeiro	6.420.769	293.037	582.216	(7.701)	7.288.321
Obrigações especiais (c)	(1.568.952)	(92.072)	(53.200)	-	(1.714.224)
Total ativo financeiro	<u>4.851.817</u>	<u>200.965</u>	<u>529.016</u>	<u>(7.701)</u>	<u>5.574.097</u>

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

- (a) Visando à melhor estimativa da indenização ao final da concessão nas controladas, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (d) Saldo proveniente das controladas Equatorial Maranhão R\$ (742) e Equatorial Pará R\$ (22.385) correspondentes às parcelas financeiras das baixas de bens integrantes do ativo financeiro entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição; e
- (e) Refere-se a reclassificações do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível ocorridas na controlada Equatorial Maranhão.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2021				
	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,53%	10.959.129	(6.396.249)	(1.446.956)	3.115.924
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(156.145)	-	135.665
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(165.671)	-	7.234
Total		<u>11.423.844</u>	<u>(6.718.065)</u>	<u>(1.446.956)</u>	<u>3.258.823</u>

	2020				
	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,36%	10.825.304	(5.881.084)	(1.443.095)	3.501.125
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)	3,33%	291.810	(140.491)	-	151.319
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)	3,33%	172.905	(164.363)	-	8.542
Total		<u>11.290.019</u>	<u>(6.185.938)</u>	<u>(1.443.095)</u>	<u>3.660.986</u>

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até agosto de 2030 na controlada Equatorial Maranhão, até julho de 2028 na controlada Equatorial Pará, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 38 – Ativo intangível.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

	2020	Adições	Baixas (d)	Transferências(a)			2021
				Ativos de contrato (a)	Outros (c)	Reclassificação	
Em serviço	10.825.304	-	(292.949)	461.083	(29.109)	(5.200)	10.959.129
(-) Amortização	(5.881.084)	(746.415)	220.737	-	10.513	-	(6.396.249)
Total em serviço	4.944.220	(746.415)	(72.212)	461.083	(18.596)	(5.200)	4.562.880
Obrigações especiais (b)	(2.894.028)	-	-	(194.974)	15.171	5.200	(3.068.631)
(-) Amortização	1.450.933	170.742	-	-	-	-	1.621.675
Total em obrigações especiais	(1.443.095)	170.742	-	(194.974)	15.171	5.200	(1.446.956)
Direito de concessão – Equatorial Maranhão e Pará	178.829	-	-	-	-	-	178.829
(-) Amortização	(18.968)	(16.962)	-	-	-	-	(35.930)
Total em Direito de Concessão	159.861	(16.962)	-	-	-	-	142.899
Total	3.660.986	(592.635)	(72.212)	266.109	(3.425)	-	3.258.823

	2019	Adições	Baixas (d)	Transferências (a)			2020
				Ativos de contrato (a)	Reclassificação	Outros (c)	
Em serviço	10.476.648	-	(83.008)	426.464	5.200	-	10.825.304
(-) Amortização	(5.282.078)	(648.064)	49.058	-	-	-	(5.881.084)
Total em serviço	5.194.570	(648.064)	(33.950)	426.464	5.200	-	4.944.220
Obrigações especiais (b)	(2.878.947)	-	-	(38.946)	25.263	(1.398)	(2.894.028)
(-) Amortização	1.289.773	161.160	-	-	-	-	1.450.933
Total em obrigações especiais	(1.589.174)	161.160	-	(38.946)	25.263	(1.398)	(1.443.095)
Direito de concessão – Equatorial Maranhão e Pará	178.829	-	-	-	-	-	178.829
(-) Amortização	(2.007)	-	(16.961)	-	-	-	(18.968)
Total em Direito de Concessão	176.822	-	(16.961)	-	-	-	159.861
Total	3.782.218	(486.904)	(50.911)	387.518	30.463	(1.398)	3.660.986

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) O saldo líquido negativo de R\$ 3.425 é proveniente das controladas da Companhia. A Equatorial Pará obteve um impacto negativo no saldo de intangível em serviço no valor de R\$ 19.731 que corresponde à reclassificação para investimentos de bens relativos a imóveis e instalações destinadas a uso futuro. Na linha de obrigações especiais, o movimento refere-se, principalmente, à atualização dos saldos de obrigações especiais decorrentes da sub-rogação da CCC no montante de R\$ 15.374. A ANEEL aprovou por meio da Resolução Autorizativa o enquadramento das usinas isoladas da área de concessão no benefício da Sub-rogação CCC/Obrigações Especiais. Em conformidade ao MCSE e Art. 38 da Resolução Normativa nº 801/2017. A controlada Equatorial Pará contabilizou a atualização do saldo subsidiado com recursos da CCC nas contas correlacionadas ao grupo de obrigações especiais. E a Equatorial Maranhão realizou reclassificações do intangível para investimentos, no valor de R\$ 632 e para encargos setoriais no valor de R\$ 203, e do ativo financeiro da concessão para o intangível no valor de R\$ 1.764; e
- (d) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição.

As controladas da Companhia concluíram suas análises de *impairment* e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

15 Ativo de contrato (Consolidado)

A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2020	Adições	Reclassificação (c)	Baixas (d)	Transferências (a)		2021
					Ativo Intangível	Ativo financeiro	
Em curso	1.324.644	1.685.363	-	-	(461.083)	(772.862)	1.776.062
Obrigações especiais (b)	(713.617)	(153.126)	(214.559)	11.950	194.974	102.513	(771.865)
Total ativo de contrato	611.027	1.532.237	(214.559)	11.950	(266.109)	(670.349)	1.004.197

	2019	Adições	Reclassificação	Baixas	Transferências (a)		Outros	2020
					Ativo Intangível	Ativo financeiro		
Em curso	1.098.878	1.241.497	(5.200)	-	(426.464)	(582.216)	(1.851)	1.324.644
Obrigações especiais (b)	(493.555)	(296.179)	(25.263)	7.383	38.946	53.200	1.851	(713.617)
Total ativo de contrato	605.323	945.318	(30.463)	7.383	(387.518)	(529.016)	-	611.027

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) do ativo de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível;
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;
- (c) Montante contabilizado na controlada Equatorial Pará correspondendo aos custos realizados em obras de interligação de sistemas isolados devidamente autorizados através das Resoluções nº 9.499, 9.500 e 9.501 de 08 de dezembro de 2020, cujos créditos são oriundos da sub-rogação CCC em contrapartida a obrigações vinculadas; e
- (d) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão – Obras PLPT.

As controladas da Companhia avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução ao valor recuperável foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Fornecedores (Consolidado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	983.626	761.765
Encargos de uso da rede elétrica	59.191	53.806
Materiais e serviços (b)	641.700	440.227
Partes relacionadas (c)	16.563	18.363
Provisão de fornecedores	-	32.292
Outros	-	23.027
Total	<u>1.701.080</u>	<u>1.329.480</u>
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	10.849	6.695
Total	<u>10.849</u>	<u>6.695</u>
Total	<u>1.711.929</u>	<u>1.336.175</u>

- (a) A variação no exercício deve-se ao aumento dos custos das operações com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD. Ademais, as despesas com contratos de energia aumentaram em razão da variação no preço médio de pagamento do exercício;
- (b) Saldo refere-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços referentes ao custeio operacional e aos investimentos na infraestrutura da concessão realizados durante o exercício nas controladas da Companhia; e
- (c) Valores relativos às transações com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 11.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

17.1 Composição do saldo

Moeda estrangeira (USD)	Garantias	2021			2020				
		Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			
			Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
CCBI Banco <i>Citibank S.A.</i>	Aval	5,00%	557.025	362.733	919.758	3,12%	399.331	855.093	1.254.424
<i>Scotiabank</i>	Aval	6,15%	2.009	364.773	366.782	-	-	-	-
Total moeda estrangeira		5,33%	559.034	727.506	1.286.540	3,12%	399.331	855.093	1.254.424
Moeda nacional									
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	15,12%	288.581	2.722.626	3.011.207	8,93%	351.837	1.888.110	2.239.947
Banco do Brasil S.A.	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	6,00%	124	205	329	6,00%	124	329	453
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Aval do Controlador	12,39%	22.444	12.963	35.407	2,58%	9.508	35.185	44.693
Caixa Econômica Federal	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	6,00%	10.542	46.960	57.502	6,00%	11.271	57.281	68.552
Banco Santander S.A.		-	-	-	-	3,19%	200.035	-	200.035
Nota promissória	Aval	-	-	-	-	2,92%	585.778	-	585.778
Subtotal		14,92%	321.691	2.782.754	3.104.445	7,29%	1.158.553	1.980.905	3.139.458
(-) Custo de captação			(1.286)	(11.033)	(12.319)		(1.357)	(2.828)	(4.185)
Total moeda nacional		14,92%	320.405	2.771.721	3.092.126	7,29%	1.157.196	1.978.077	3.135.273
Total		12,10%	879.439	3.499.227	4.378.666	6,10%	1.556.527	2.833.170	4.389.697

Em 31 de dezembro de 2021, os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 12,10% a.a., equivalente a 273,81% do CDI (6,10% a.a., equivalente a 221,0% do CDI, em 31 de dezembro de 2020), considerando no custo da dívida do *Citibank*, o custo da ponta passiva do *swap* em CDI + *spread*.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) **Equatorial Maranhão:** Em 19 de fevereiro de 2021, a controlada Equatorial Maranhão recebeu o empréstimo em moeda estrangeira junto ao *Scotiabank* no valor de US\$ 66.500, equivalente a R\$350.000 com proteção de *SWAP* de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,65% a.a., com juros semestrais e amortização de 50% ao final do 3º ano e 50% no 4º ano, em 19 de fevereiro de 2025;
- Em 30 de março de 2021, a controlada ocorreu a primeira liberação do empréstimo para financiamento dos investimentos 2021 a 2023 junto ao BNDES no valor de R\$106.623 com taxa de IPCA+4,11% a.a., com juros trimestrais a partir de 15 de junho de 2021 e amortização a partir de 17 de janeiro de 2028 e vencimento final em 15 de setembro de 2040;
- Em 29 de julho de 2021, a controlada ocorreu a segunda liberação do empréstimo para financiamento dos investimentos 2021 a 2023 junto ao BNDES no valor de R\$145.000 com taxa de IPCA+4,11% a.a., com juros trimestrais a partir de 15 de junho de 2021 e amortização a partir de 17 de janeiro de 2028 e vencimento final em 15 de setembro de 2040. Por fim, em 27 de agosto de 2021, ocorreu a última liberação do contrato com o BNDES, no valor de R\$ 26.370 destinado à realização dos investimentos da controlada da Companhia, com custo de IPCA + 4,95% a.a. e vencimento final em 15 de maio de 2030;
- Em 26 de novembro de 2021 ocorreu a terceira liberação do empréstimo para financiamento dos investimentos de 2021 a 2023 junto ao BNDES no valor de R\$140.000 com taxa de IPCA+4,11% a.a., com juros trimestrais a partir de 15 de junho de 2021 e amortização a partir de 17 de janeiro de 2028 e vencimento final em 15 de setembro de 2040;
- Equatorial Pará:** Em 30 de março de 2021, ocorreu a 1ª liberação do contrato com o BNDES 21/22/23, no valor de R\$ 27.608 (Subcrédito A) e no valor de R\$ 87.906 (subcrédito B), cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da controlada da Companhia, com o custo de IPCA + 4,11 a.a. e vencimento final em 15 de setembro de 2040;
- Em 10 de junho de 2021, ocorreu a liberação final do contrato com o BNDES 18/19/20, no valor de R\$ 70.025, cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da Equatorial Pará, com o custo de IPCA + 4,81 a.a. e vencimento final em 15 de abril de 2028; e
- Em 10 de setembro de 2021, ocorreu a 2ª liberação do contrato com o BNDES 21/22/23, no valor de R\$ 119.500 (subcrédito A) e no valor de R\$380.500 (subcrédito B), cujo recurso será destinado a realização dos investimentos da controlada com o custo de IPCA + 4,11 a.a. e vencimento final em 15 de setembro de 2040; e
- (b) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

17.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará possuem garantias financeiras (real e fidejussória), e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas mantiveram-se dentro dos limites dos *covenants* financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladas

Equatorial Maranhão

Covenants Empréstimos

	BNDES 18-20
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,5$	1,4
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : $\leq 0,7$	0,3

Covenants Empréstimos

	BNDES 21-23
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,5$	1,3

Covenants Empréstimos

	Scotiabank
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,5$	0,8
1º EBITDA/Despesa Financeira Líquida: $> 1,5$	16,3

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Pará

Covenants Empréstimos	Santander
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 3,5$	1,2
Covenants Empréstimos	BNDES
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,75$	1,3
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : $\leq 0,7$	0,5
Covenants Empréstimos	Citibank I
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,75$	1,2
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : $> 2,0$	5,8
Covenants Empréstimos	Citibank II
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 4,0$	1,2

Os indicadores, reportados na nota explicativa 17 - Empréstimos e Financiamentos, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Debêntures (Consolidado)

18.1 Movimentação da dívida

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	425.246	1.839.974	2.265.220
Encargos	123.218	-	123.218
Variação monetária	18.262	56.946	75.208
Transferências	550.960	(550.960)	-
Amortização do principal	(447.854)	-	(447.854)
Pagamento de juros	(110.930)	-	(110.930)
Custo de captação (a)	5.173	-	5.173
Saldos em 31 de dezembro de 2021	564.075	1.345.960	1.910.035

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	122.545	2.207.855	2.330.400
Encargos	99.909	-	99.909
Varição monetária	56.899	(19.872)	37.027
Transferências	348.009	(348.009)	-
Amortização do principal	(90.898)	-	(90.898)
Pagamento de juros	(116.629)	-	(116.629)
Custo de captação (a)	5.411	-	5.411
Saldos em 31 de dezembro de 2020	425.246	1.839.974	2.265.220

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia, possuem cinco emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	Em 31 de dezembro de 2021		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(2) (3) (4) (6) (7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	27.479	51.533	79.012
Equatorial Pará	2ª	(2) (3) (4) (6) (7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.284	19.243	29.256
Equatorial Pará (a)	3ª	(1) (3) (4) (5) (6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	128	129.031	129.159
Equatorial Pará	5ª	(1) (3) (4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	abr/18	abr/23	7.206	542.457	549.663
Equatorial Pará	5ª	(1) (3) (4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	abr/18	abr/23	7.774	456.968	464.742
Equatorial Maranhão (a)	7ª	(1) (3) (4)(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	194	146.729	146.923
Equatorial Maranhão	8ª	(1) (3) (4)	1ª	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	511.010	-	511.010
TOTAL								564.075	1.345.961	1.910.035

- (1) Emissão pública de debêntures simples;
- (2) Emissão privada de debêntures simples;
- (3) Não conversíveis em ações;
- (4) Espécie quirografária;
- (5) Debêntures incentivadas;
- (6) Garantia adicional fidejussória; e
- (7) Garantia adicional real.

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2021	
	Valor	%
Circulante	564.075	30%
2023	1.312.671	69%
2024	35.460	1%
Subtotal	1.348.131	70%
Custo de captação (Não circulante)	(2.171)	0%
Não circulante	1.345.960	70%
Total	1.910.035	100%

18.3 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pelas controladas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme abaixo:

Equatorial Maranhão

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA : $\leq 3,25$	0,8	0,8
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $\geq 1,5$	16,1	16,1

Equatorial Pará

Covenants debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: $< 3,5$	1,0
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $> 2,0$	6,8
Covenants debêntures	3ª debentures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: $< 3,5$	1,1
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $\geq 1,5$	5,8
Covenants debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado : $\leq 4,0$	1,2

Os indicadores, reportados na nota explicativa 18 - Debêntures, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
ICMS	249.387	188.971
ICMS parcelamento (a)	12.669	12.496
PIS e COFINS	42.337	37.739
Encargos sociais e outros	17.842	12.423
ISS	7.315	10.027
Total	<u>329.550</u>	<u>261.656</u>
Não circulante		
ICMS	63.926	122.956
ICMS parcelamento (a)	38.106	48.350
ISS	3.712	3.268
Total	<u>105.744</u>	<u>174.574</u>
Total impostos e contribuições a recolher	<u>435.294</u>	<u>436.230</u>

- (a) A controlada Equatorial Pará possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se à adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em julho de 2031. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Cronograma de pagamento ICMS parcelado da Equatorial Pará

	<u>2021</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>12.669</u>	<u>25%</u>
2023	11.497	22%
2024	4.726	9%
2025	3.322	7%
Após 2025	<u>18.561</u>	<u>37%</u>
Não circulante	<u>38.106</u>	<u>75%</u>
Total ICMS parcelamento	<u>50.775</u>	<u>100%</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)

20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos de:		
Prejuízo fiscal	-	39.810
Base negativa	-	<u>26.529</u>
	-	<u>66.339</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	92.300	86.109
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	253.712	214.022
Provisão atuarial	15.373	12.104
Provisão para participação nos lucros	14.071	12.894
Custo de Construção - CPC 47	872	965
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.614	993
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará	48.573	48.473
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	1.333	-
Outras diferenças temporárias	21.185	19.364
	449.033	<u>394.924</u>
Total	449.033	461.263
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(583.464)	(620.462)
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	(623.902)	(381.749)
Swap	(94.798)	(107.716)
Receita de Construção - CPC 47	(166)	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	-	(158)
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	(41.192)
Provisão atuarial	-	(89)
Instrumentos financeiros- CPC 48	(4.952)	-
Outras diferenças temporárias	(32.407)	(10.419)
Total	(1.373.949)	<u>(1.161.785)</u>
Total IRPJ e CSLL diferidos	(924.916)	<u>(700.522)</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2021				
	2020	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	39.809	(39.809)	-	-	-
Base negativa de CSLL	26.529	(26.529)	-	-	-
Provisão para contingências	86.109	6.191	92.300	92.300	-
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	214.022	39.690	253.712	253.712	-
Provisão para participação nos lucros	12.895	1.176	14.071	14.071	-
Custo de Construção – CPC 47	965	(93)	872	872	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	835	779	1.614	1.614	-
<i>Swap</i>	(107.716)	12.918	(94.798)	-	(94.798)
Provisão atuarial	12.015	3.358	15.373	15.373	-
Receita de construção – CPC 47	-	(166)	(166)	-	(166)
Instrumentos financeiros –CPC 48	-	(4.952)	(4.952)	-	(4.952)
Depreciação acelerada	(620.462)	36.998	(583.464)	-	(583.464)
Atualização do ativo financeiro	(381.749)	(240.820)	(622.569)	1.333	(623.902)
Outras despesas não dedutíveis	8.945	(20.167)	(11.222)	21.185	(32.407)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição EQTL Pará	48.473	100	48.573	48.573	-
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	6.932	(34.260)	-	(34.260)
Total	(700.522)	(224.394)	(924.916)	449.033	(1.373.949)

	2020				
	2019	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	123.694	(83.885)	39.809	39.809	-
Base negativa de CSLL	26.529	-	26.529	26.529	-
Provisão para contingências	86.811	(702)	86.109	86.109	-
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	194.489	19.533	214.022	214.022	-
Provisão para participação nos lucros	12.818	77	12.895	12.895	-
Custo de Construção – CPC 47	397	568	965	965	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	(1.120)	1.955	835	993	(158)
<i>Swap</i>	(11.412)	(96.304)	(107.716)	-	(107.716)
Provisão atuarial	10.030	1.985	12.015	12.104	(89)
Depreciação acelerada	(624.932)	4.470	(620.462)	-	(620.462)
Atualização do ativo financeiro	(321.639)	(60.110)	(381.749)	-	(381.750)
Outras despesas não dedutíveis	(2.408)	11.353	8.945	19.364	(10.418)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição EQTL Pará	48.286	187	48.473	48.473	-
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	7.372	(41.192)	-	(41.192)
Total	(507.021)	(193.501)	(700.522)	461.263	(1.161.785)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

20.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada a seguir:

Controladora	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.587.581	1.587.581	1.132.463	1.132.463
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	396.895	142.882	283.116	101.922
Adições:				
Equivalência patrimonial	3.913	1.409	3.913	1.409
Total adições (B)	3.913	1.409	3.913	1.409
Exclusões:				
Equivalência patrimonial	(400.840)	(144.303)	(288.686)	(103.927)
Total exclusões (C)	(400.840)	(144.303)	(288.686)	(103.927)
Dedutibilidade fiscal (limite legal) (D)	(32)	(12)	(1.657)	(596)
Total de IRPJ e CSLL do exercício E = (A) + (B) + (C) - (D)	-	-	-	-

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.438.717	2.438.717	1.800.974	1.800.974
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	609.679	219.485	450.244	162.088
Adições:				
Provisão para contingências	4.552	1.639	627	226
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	304.712	109.696	378.428	136.235
Ajuste a valor presente	6.200	2.232	6.042	2.175
Valor novo de reposição-VNR	63.552	22.879	23.018	8.286
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.049	1.818	5.421	1.951
Provisão para fundo de pensão	5.418	1.951	199	72
Provisão para participação nos lucros	1.497	191	1.166	420
Variação SWAP	15.818	5.694	-	-
Arrendamentos – CPC 06 (R2/IFRS 16)	573	206	706	254
Depreciação acelerada	36.998	-	35.851	-
Outras provisões permanentes	21.163	8.117	29.020	9511
Total adições (B)	465.532	154.423	480.478	159.130
Exclusões:				
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(275.529)	(99.190)	(364.066)	(131.064)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(2.887)	(1.039)	(2.087)	(751)
Valor novo de reposição-VNR	(246.825)	(88.857)	(73.259)	(26.373)
Variação SWAP	(6.319)	(2.275)	(70.812)	(25.492)
Incentivo P&D	(1.942)	(699)	(1.084)	(390)
Outras provisões	(29.818)	(11.237)	(31.590)	(93)
Total exclusões (C)	(563.320)	(203.297)	(542.898)	(184.163)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(60.341)	(9.288)	(50.247)	(14.704)
Incentivo PAT	(4.736)	-	(3.942)	-
IRPJ e CSLL outros (i)	(22.942)	(9.569)	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(309)	-	(243)	-
Total compensações (D)	(88.328)	(18.857)	(54.432)	(14.704)
IRPJ subvenção governamental	(313.631)	-	(250.186)	-
Total outras deduções (E)	(313.631)	-	(250.186)	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	109.932	151.754	83.206	122.351
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	166.106	58.288	142.720	50.781
Total	166.106	58.288	142.720	50.781
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	276.038	210.042	225.926	173.132
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	11%	9%	13%	10%

- i. Em 29 de dezembro de 2021, o IBRACON divulgou o Ofício Circular 09/21 orientando o tratamento contábil (CPC 32 e IFRIC 23) a ser dado pelas companhias sobre os efeitos da decisão do STF - RE nº 1.063.187 tema nº 962 - que julgou inconstitucional a incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização SELIC de débitos tributários. Para as empresas que possuíam ação ajuizada antes do julgamento do STF ocorrido em 24 de setembro de 2021, os efeitos da decisão abrangem os 5 anos anteriores a data de ajuizamento. Nesse contexto, a Equatorial Maranhão ingressou com a ação judicial nº 1038635-88.2021.4.01.3700 em 18 de agosto de 2021 questionando a matéria, portanto, em data anterior a decisão final da Suprema Corte e procedeu ao registro do ativo decorrente ao valor pago indevidamente de IRPJ e CSLL sobre a atualização SELIC de indébito tributário para a controlada Equatorial Maranhão no valor de R\$ 32.510.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Conforme disposto no acordo de acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, a deliberação do pagamento é realizada pela Companhia em assembleia de acionista, até que o valor total pago seja equivalente a (“Dividendos privilegiados):

- (i) 15% do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do art. 191 da Lei das Sociedades por ações feita as deduções exigidas no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará S.A. e Equatorial Maranhão, no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objetivo de discussão débitos de PIS/COFINS(“Ações fiscais” e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) (“Lucro líquido”) auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativos aos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022;
- (ii) 40% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a relativas aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025; e
- (iii) 55% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a partir do exercício social de 2026 em diante.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.587.581	1.132.463
(-) Reserva legal	(79.379)	(56.623)
Lucro líquido ajustado	1.508.202	1.075.840
Dividendos mínimos obrigatórios	377.051	268.960
Dividendos adicionais propostos	1.131.151	806.880
Total dividendos	1.508.202	1.075.840

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou a declaração de dividendos em 22 de março de 2022.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>46.507</u>
Dividendos adicionais 2019 (a)	139.521
Pagamento de dividendos	(908.976)
Dividendos mínimos propostos de 2020	268.960
Dividendos adicionais propostos – antecipados (b)	<u>542.211</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>88.223</u>
Dividendos adicionais 2020	264.669
Pagamento de dividendos	(1.366.710)
Dividendos mínimos propostos de 2021	377.051
Dividendos adicionais propostos	<u>1.013.818</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>377.051</u>

- (a)....Em 29 de maio de 2020, através da Reunião da Diretoria, foi aprovado a distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 139.521, referente ao exercício de 2019;
- (b)....Em 09 de dezembro de 2020, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 722.948 (dos quais, R\$ 542.211 referem-se a dividendos adicionais) referente ao exercício de 2020.

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, a Equatorial Pará estima que chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

22.1 Composição da dívida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Credores operacionais	5.695	3.566
Credores financeiros (a)	19.211	26.708
Partes relacionadas (b)	18.780	378
Total	43.686	30.652
Não circulante		
Credores operacionais	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	389.331	461.166
Partes relacionadas (b)	782.375	663.114
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(175.883)	(162.650)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(71.162)	(105.204)
Total	1.008.514	940.279
Total	1.052.200	970.931

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis;
- (b) Partes relacionadas referem-se: (i) a créditos de recuperação judicial que foram adquiridos pela Equatorial Energia; e (ii) valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; e
- (c) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é composto por: R\$ 51.876 de empréstimos e financiamentos e R\$ 19.286 de credores operacionais (R\$ 84.407 de empréstimos e financiamentos e R\$ 20.797 de credores operacionais em 31 de dezembro de 2020).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	2021	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	43.686	4%
2023	29.424	3%
2024	34.774	3%
2025	32.099	3%
Após 2025	1.159.262	110%
Subtotal	1.255.559	119%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(247.045)	(23%)
Não circulante	1.008.514	96%
Total	1.052.200	100%

22.2 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 2020	Transferência (a)	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	Saldo em 2021
Credores operacionais	66.620	-	5.028	-	-	(2.899)	1.513	70.262
Partes relacionadas – nota explicativa nº 11	500.842	92.884	40.250	16.747	(378)	(39.599)	14.526	625.272
Credores financeiros	403.469	(92.884)	15.765	40.793	-	(15.247)	4.770	356.666
Total	970.931	-	61.043	57.540	(378)	(57.745)	20.809	1.052.200

	Saldo em 2019	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Reclassificação (b)	Saldo em 2020 (Reclassificado)
Credores operacionais	62.861	5.228	-	(2.907)	1.438	-	66.620
Partes relacionadas – nota explicativa nº 11	9.569	550	-	(551)	483	490.791	500.842
Credores financeiros	809.038	49.973	60.349	(43.920)	18.820	(490.791)	403.469
Total	881.468	55.751	60.349	(47.378)	20.741	-	970.931

- (a) Em agosto de 2021 houve transferência de R\$ 92.884 referente à compra de créditos da recuperação judicial pela Equatorial Energia S. A.; e
- (b) O movimento em 2020 refere-se à reclassificação de R\$ 490.791 de valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras anteriormente apresentado como credores financeiros, o qual refere-se a saldo com parte relacionada da Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23 Encargos setoriais

23.1 Encargos setoriais CCC- Equatorial Pará

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Não circulante		
Encargos setoriais CCC	-	372.241
(-) Aquisição de combustível CCC	-	(105.883)
Efeito líquido no balanço	<u>-</u>	<u>266.358</u>

A conta de consumo de combustíveis fósseis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela conta de consumo de combustíveis fósseis estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Equatorial Pará estava passando pelo processo 48500.004790/2016-63, de fiscalização dos reembolsos recebidos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC de julho/2009 a abril/2017. Em 23 de agosto de 2021, através da publicação do Despacho Aneel Nº 2.560, foi definida a devolução dos valores de reembolso pagos a maior no período fiscalizado. O valor provisionado para este fim era de R\$ 282.578 e, no dia 09 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento de R\$ 247.859 conforme determinado no processo. O saldo residual após o pagamento foi baixado no resultado do exercício, sendo R\$ 24.303 em contrapartida do custo de operação (Subvenção CCC) e R\$ 10.416 em contrapartida de outras receitas financeiras. O resumo do valor principal e atualizado da fiscalização, bem como do saldo residual em relação ao previsto, pode ser visto no quadro a seguir.

	Valor principal	Atualização monetária	Valor total
Valor previsto	261.379	21.199	282.578
Valor pago	(237.076)	(10.783)	(247.859)
Saldo residual	24.303	10.416	34.719

23.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL*	2021	2020
Programa de efficientização energética	0,40%	98.433	153.702
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	79.901	131.649
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	0,20%	4.098	4.086
Ministério de Minas e Energia – MME	0,10%	2.044	2.037
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	0,10%	28.746	11.744
Conta de desenvolvimento energética - CDE		2.101	-
Outros		257	-
Total pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		<u>215.580</u>	<u>303.218</u>
Circulante		185.620	178.889
Não circulante		29.960	124.329

* Receita operacional líquida regulatória.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

Apresentamos, abaixo, os valores dos encargos setoriais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante	185.620	178.889
Não circulante	29.960	390.687
Total	<u>215.580</u>	<u>569.576</u>

24 Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Cíveis	251.804	79.705	252.193	69.580
Fiscais	235.702	76.673	226.069	64.641
Trabalhistas	27.862	48.000	34.427	44.780
Regulatórias	21.102	-	6.292	-
Total	<u>536.470</u>	<u>204.378</u>	<u>518.981</u>	<u>179.001</u>
Circulante	52.395	3.530	28.507	3.503
Não circulante	484.075	200.848	490.474	175.498

Movimentação dos processos no exercício

	<u>2020</u>		<u>2021</u>			<u>Saldo</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Adições (1)</u>	<u>Utilização (2)</u>	<u>Reversão de provisão (3)</u>	<u>Atualização (4)</u>	
Cíveis	252.193	43.842	(34.691)	(15.654)	6.114	251.804
Fiscais	226.069	9.604	-	-	29	235.702
Trabalhistas	34.427	7.157	(8.180)	(5.620)	78	27.862
Regulatórias	6.292	14.533	-	-	277	21.102
Total	518.981	75.136	(42.871)	(21.274)	6.498	536.470
	<u>2019</u>		<u>2020</u>			<u>Saldo</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Adições (1)</u>	<u>Utilização (2)</u>	<u>Reversão de provisão (3)</u>	<u>Atualização (4)</u>	
Cíveis	254.680	50.159	(43.509)	(13.769)	4.632	252.193
Fiscais	216.690	7.650	(1)	(11)	1.741	226.069
Trabalhistas	43.640	4.587	(4.320)	(5.976)	(3.504)	34.427
Regulatórias	6.122	-	-	-	170	6.292
Total	521.132	62.396	(47.830)	(19.756)	3.039	518.981

(1) Contingências provisionadas no exercício;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (3) Reversões realizadas no exercício; e
- (4) Atualizações monetárias.

Cíveis

As controladas da Companhia figuram como réis em 25.251 processos cíveis em 31 de dezembro de 2021 (26.686 processos em 31 de dezembro de 2020), sendo 13.461 tramitam em Juizados Especiais (15.197 processos em 31 de dezembro de 2020), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2021 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 1.103.210 (R\$ 482.045 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Falha no fornecimento	50.042	45.057
Morte por eletroplessão	25.197	25.679
Cobrança Indevida	15.022	15.309
Fraude Questionada	24.883	24.482
Corte Indevido	5.135	6.101
Acidente com Terceiros	10.751	11.754
Falha no Atendimento	6.122	5.620
Quebra de Contrato	3.187	2.747
Incêndio	834	3.747
Regulatório	88.097	88.095
Outras	22.534	23.602
Total	251.804	252.193

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2021	2020
Falha no fornecimento	103.638	46.639
Morte por eletroplessão	21.282	14.179
Acidente com terceiros	13.348	5.548
Quebra de contrato	586.964	241.381
Incêndio	54.962	27.922
Portaria do DNAEE	686	155
Cobrança indevida	2.735	1.582
Fraude questionada	13.733	11.399
Corte indevido	158	127
Falha no atendimento	915	580
Regulatório	259.055	117.667
Outras	45.734	14.866
Total	1.103.210	482.045

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais

As controladas da Companhia figuram como réis em 451 processos fiscais 31 de dezembro de 2021 (341 processos em 31 de dezembro de 2020).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 26.632 (R\$8.329 em 31 de dezembro de 2020) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Planos Econômicos	146.745	146.745
ICMS	16.165	16.165
PIS/COFINS	70.257	60.653
Outras	2.535	2.506
Total	235.702	226.069
Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2021	2020
PIS/COFINS	21.219	7.167
Outras	5.413	1.162
Total	26.632	8.329

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia possuem 906 reclamações ajuizadas (1.463 processos em 31 de dezembro de 2020) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, na controlada Equatorial Pará, constam atualmente 03 ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 17 ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 49.455 (R\$ 49.467 em 31 de dezembro de 2020), para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2021	2020
Hora extra	2.200	4.741
Responsabilidade subsidiária	8.981	9.047
Acidente de trabalho	5.588	5.429
Doença ocupacional/profissional	1.866	2.366
Reintegração no emprego	2.505	4.771
Estabilidade provisória	207	198
Danos morais	2.267	2.211
Outras	4.248	5.664
Total	27.862	34.427

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2021	2020
Hora extra	2.356	1.354
Responsabilidade subsidiária	38.779	42.340
Acidente de trabalho	1.330	783
Reintegração no emprego	313	315
Danos morais	2.624	1.517
Outras	4.053	3.158
Total	49.455	49.467

Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 6.569 corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão e de R\$14.533 contra a controlada Equatorial Pará, totalizando o valor de R\$ 21.102 (R\$ 6.292 em 31 de dezembro de 2020), referente a termos de notificação e auto de infração da ANEEL, bem como penalidade de medição de fronteira na CCEE.

25 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado)

Em março de 2017, o STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, e Equatorial Pará em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Equatorial Maranhão

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.499; (ii) passivo de R\$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R\$ 77.177 como dedução da receita bruta referente ao PIS/COFINS; e (iv) R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 10.062 (R\$ 14.058 e R\$ 15.701, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020); (ii) não houve dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS (R\$ 4.758 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) não apurou receita financeira (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2020), não havendo incidência de PIS/COFINS (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R\$ 377.036 (R\$ 253.246 em 31 de dezembro de 2020) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

Equatorial Pará

Em 31 de março de 2020 a controlada da Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 18.356 (R\$ 13.413 em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada da Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R\$ 443.982 (R\$ 210.071 em 31 de dezembro de 2020) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

O ativo das controladas contemplam créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que as controladas repassam aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro. Assim, após a homologação o crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL.

	2021		
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Consolidado
Ativo			
Circulante – nota explicativa nº 10	184.383	312.854	497.237
PIS e COFINS a recuperar	184.383	312.854	497.237
Passivo (a)			
Circulante	81.925	369.478	451.403
Não Circulante	501.158	343.408	844.566
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	583.083	712.886	1.295.969
	2020		
	Equatorial Maranhão	Equatorial Pará	Consolidado
Ativo			
Circulante – nota explicativa nº 10	326.525	348.334	674.859
Não Circulante – nota explicativa nº 10	224.833	390.146	614.979
PIS e COFINS a recuperar	551.358	738.480	1.289.838
Passivo			
Não Circulante	619.293	948.552	1.567.845
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	619.293	948.552	1.567.845
Resultado			
(-) Deduções da receita			
PIS/COFINS consumidores a restituir	(4.758)	-	(4.758)
(+) Receita financeira			
PIS/COFINS consumidores a restituir	3.114	-	3.114
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(145)	-	(145)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.789)	-	(1.789)

- (a) Após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em agosto de 2021, houve a reclassificação do saldo do não circulante para o circulante no montante de R\$ 451.403 (Equatorial Maranhão R\$ 81.925 e Equatorial Pará R\$ 369.478). Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, nos montantes de R\$ 501.158 e R\$ 343.408, respectivamente, Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26 Patrimônio líquido

26.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$ 4.638.718, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia	3.637.513.055	-	3.637.513.055	90,15%
Itaú Unibanco	-	397.661.749	397.661.749	9,85%
Total	<u>3.637.513.055</u>	<u>397.661.749</u>	<u>4.035.174.804</u>	<u>100%</u>

26.2 Reserva de lucros

	2021	2020
Reserva legal (26.2.1)	145.793	66.414
Reserva de dividendos adicionais (26.2.2)	117.333	264.669
Total de reservas de lucros	<u>263.126</u>	<u>331.083</u>

26.2.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva era R\$ 145.793 (R\$ 66.414 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

26.2.2 Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta reserva era R\$ 117.333 (R\$ 264.669 em 31 de dezembro de 2020).

Em 29 de abril de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o valor de R\$ 806.880 para pagamento de dividendos adicionais, dos quais R\$ 542.211 foram antecipados e R\$ 264.669 foram aprovados para pagamento, na Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) O valor de R\$ (7.279) refere-se à parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o seu reconhecimento e que foram protegidos (ver nota explicativa nº 32.4). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de hedge de fluxo de caixa R\$(8.503) (R\$(1.224) em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) O valor de R\$ (3.826) refere-se à parcela efetiva de variação líquida dos efeitos dos planos de benefícios pós-emprego (ver nota explicativa nº 31). Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de atuarial era R\$ 3.547 (R\$ 7.373 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial era R\$ (4.956) (R\$ 6.149 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

26.4 Planos de opção de compra de ações

O Grupo possui planos para outorga de opções de ações aos seus colaboradores. Estes planos visam integrar os profissionais no processo de desenvolvimento das Controladas a médio e longo prazo.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A, através de um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma:

26.4.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial Energia aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”).

O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis.

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas:

1° Outorga		2° Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis	<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
17/12/2020	2.283.750	14/12/2021	43.750
17/12/2021	2.283.750	14/12/2022	43.750
17/12/2022	2.283.750	14/12/2023	43.750
17/12/2023	2.283.750	14/12/2024	43.750
Transferências/canceladas	(1.286.250)		
	7.848.000		

3° Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
05/08/2022	207.050
05/08/2023	207.050
05/08/2024	207.050
05/08/2025	207.050
	828.200

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a data de outorga.

As ações sujeitas às regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas.

O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1ª Outorga	2021	2020
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	7.848.750	9.135.000
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,08
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	19,38	20,10
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%
2ª Outorga	2021	2020
Valor justo na data de outorga	6,83	6,83
Data da outorga: 14/12/2020		
Quantidade outorgada	175.000	175.000
Preço da ação na data de outorga	22,5	22,50
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	20,71	21,43
Volatilidade esperada (média ponderada)	29,05%	29,05%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,01%	6,40%
3ª Outorga	2021	2020
Valor justo na data de outorga	9,34	-
Data da outorga: 14/08/2021		
Quantidade outorgada	828.200	-
Preço da ação na data de outorga	24,23	-
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	24,78	-
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%	-
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	-
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%	-

(a) **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura.

(b) **Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2021 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Controladas:

	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de opções	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em opções</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	9.310.000	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	828.200	24,78	9.310.000	21,43
Transferidas/Canceladas	(1.286.250)	24,78	-	-
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	7.848.750	19,38	9.135.000	20,10
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	175.000	20,71	175.000	21,43
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	828.200	24,78	-	-
Existentes ao fim do exercício	8.851.950	-	9.310.000	-

A despesa reconhecida nas controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 18.872 (R\$ 31.514 em 31 de dezembro de 2020), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que as controladas da Companhia devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido, conforme CPC 10 (R1).

26.4.2 Plano de outorga de “Phantom Shares”

Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa (“Programa”). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo.

O Programa outorgada aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia o direitos a “Phantom Shares”, mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das “Phantom Shares” outorgadas, o beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o período de carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das metas de performance pela Companhia.

Os recursos a serem entregues pelas controladas da Companhia aos participantes do Programa serão do caixa das controladas da Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) **Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

O Preço das “Phantom Shares” outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026.

(b) **Forma de cálculo da despesa do programa**

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2021, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de performance definidas, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, fizeram jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance forem atingidas:

Controladas:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
<i>Em ações</i>	2021	2021	2020	2020
Existentes em 1º de janeiro	1.365.000	21,47	-	-
Outorgadas durante o exercício	-	-	1.365.000	21,47
Transferidas/Canceladas	(20.000)	-	-	-
Existentes ao fim do exercício	1.345.000	24,79	1.365.000	21,47

A despesa reconhecida para o plano de “Phantom Shares” nas controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 11.366 (R\$ 10.672 em 31 de dezembro de 2020).

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

O plano de “phantom shares” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

26.5 Dividendos

Em 12 de agosto de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período de janeiro a junho de 2021, no valor de R\$ 539.444 foram aprovados para pagamento.

Em 30 de novembro de 2021, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período de julho a setembro de 2021, no valor de R\$ 474.374 foram aprovados para pagamento.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Na controlada Equatorial Maranhão, em 28 de abril de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais os acionistas no montante de R\$142.632.

Na controlada Equatorial Pará, em 29 de abril de 2021, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no montante de R\$ 154.740.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos adicionais constituídos em 2020 e aprovada sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos adicionais 2020	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	142.632	34,89%	49.766
Equatorial Pará	154.740	3,50%	5.417
Total	<u>297.372</u>		<u>55.183</u>

Na controlada Equatorial Maranhão, em 10 de agosto de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$338.219.

Na controlada Equatorial Pará, em 10 de agosto de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$331.361.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos suplementares constituídos e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos suplementares 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	338.219	34,89%	118.011
Equatorial Pará	331.361	3,50%	11.598
Total	<u>669.580</u>		<u>129.609</u>

Na controlada Equatorial Maranhão, em 10 de novembro de 2021, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 205.230.

Na controlada Equatorial Pará, em 10 de novembro de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$353.452.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos suplementares constituídos e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos suplementares 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	205.230	34,8913%	71.607
Equatorial Pará	353.452	3,5008%	12.373
Total	<u>558.682</u>		<u>83.980</u>

Na controlada Equatorial Maranhão, em 22 de março de 2022, conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 189.716.

Na controlada Equatorial Pará, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$203.427.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos mínimos obrigatórios constituídos e aprovados sua distribuição em 2022, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos mínimos obrigatórios 2021	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos mínimos obrigatório - acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	<u>189.716</u>	<u>34,8913%</u>	<u>66.194</u>
Equatorial Pará	<u>203.427</u>	<u>3,5008%</u>	<u>7.122</u>
Total	<u>393.143</u>		<u>73.316</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

27 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de distribuição	11.015.786	9.952.358
Remuneração financeira WACC	739.566	692.385
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	2.152.260	358.127
Subvenção CDE – Outros	462.729	390.660
Fornecimento de energia elétrica	14.370.341	11.393.530
Suprimento de energia elétrica (b)	422.773	150.117
Receita pela disponibilidade - uso da rede	407.978	347.062
Receita de construção (e)	1.685.363	1.241.496
Atualização do ativo financeiro (c)	733.095	200.965
Outras receitas	221.628	144.991
	3.470.837	2.084.631
Receita operacional bruta	17.841.178	13.478.161
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(2.656.961)	(2.203.776)
PIS e COFINS	(1.077.431)	(914.161)
Encargos do consumidor	(120.020)	(92.902)
ISS	(3.193)	(2.784)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (d)	(403.869)	(244.401)
Penalidades DIC/FIC e outras	(70.540)	(38.294)
Deduções da receita operacional	(4.332.014)	(3.496.318)
Receita operacional líquida	13.509.164	9.981.843

- (a) A variação de R\$ 1.794.133, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, até Setembro de 2021, no montante de R\$ 142.685 da Equatorial Pará e R\$ 240.739 da Equatorial Maranhão; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma receita de constituição de Parcela A superior em R\$ 661.739 da Equatorial Pará e R\$ 508.989 da Equatorial Maranhão, ao ocorrido para esse mesmo período em 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 199.606 da Equatorial Pará e R\$ 63.082 da Equatorial Maranhão em relação ao mesmo período de 2020; e (iv) Variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de (R\$ 2.990) da Equatorial Pará e (R\$ 19.717) da Equatorial Maranhão, quando comparada como esse mesmo período em 2020;
- (b) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento do PLD. No quarto trimestre de 2020, a controlada Equatorial Maranhão apresentou um PLD de R\$/MWh 84,30, e no quarto trimestre de 2021 o PLD apresentado foi de R\$/MWh 265,98. A receita de suprimento de energia elétrica da controlada Equatorial Pará foi maior em comparação com o exercício anterior, devido ao aumento do volume de energia negociado no mercado de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Equatorial Pará negociou 638.070 MWh (291.007 MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2020);
- (c) O considerável número de obras encerradas impactou o saldo a ser transferido/ bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo. Em razão do 5º ciclo de revisão tarifária da Equatorial Maranhão tivemos um considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido / bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação positiva no período comparativo, o IPCA, que passou de 4,51% até dezembro de 2020 para 10,06% até dezembro de 2021;
- (d) A variação na conta de desenvolvimento energético - CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções nº 2.814 de 1º de dezembro de 2020 e nº 2.833 de 02 de fevereiro de 2021, as quais estabeleceram as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2021; e
- (e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 28 – Custos do serviço e despesas operacionais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

28 Custo do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2021				Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com venda	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	
Pessoal	(69.452)	(64.793)	(200.416)	-	(334.661)
Material	(24.341)	(14.677)	(2.350)	-	(41.368)
Serviços de terceiros	(334.962)	(263.221)	(167.614)	-	(765.797)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(6.803.699)	-	-	-	(6.803.699)
Custo de construção (b)	(1.685.363)	-	-	-	(1.685.363)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(231.778)	(231.778)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(27.635)	-	(27.635)
Amortização	(483.648)	-	(121.172)	-	(604.820)
Subvenção CCC	(17.917)	-	-	-	(17.917)
Outros	659	(6.877)	3.700	-	(2.518)
Total	(9.418.723)	(349.568)	(515.487)	(231.778)	(10.515.556)

	2020				Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com venda	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	
Pessoal	(80.569)	(24.512)	(197.861)	-	(302.942)
Material	(37.160)	(5.484)	(5.514)	-	(48.158)
Serviços de terceiros	(349.430)	(110.161)	(272.941)	-	(732.532)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.726.719)	-	-	-	(3.726.719)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(870.845)	-	-	-	(870.845)
Custo de construção (b)	(1.241.496)	-	-	-	(1.241.496)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	-	-	(260.164)	(260.164)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	(42.750)	-	(42.750)
Amortização	(427.549)	-	(91.924)	-	(519.473)
Subvenção CCC	(123.759)	-	-	-	(123.759)
Outros	(4.030)	(5.859)	(2.554)	-	(12.443)
Total	(6.861.557)	(146.016)	(613.544)	(260.164)	(7.881.281)

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 29; e
- (b) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

29 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2021		2020	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	14.944	(3.646.010)	14.010	(2.639.344)
Contratos Eletronuclear	543	(130.279)	530	(149.001)
Contratos cotas de garantias	4.041	(467.795)	4.280	(466.488)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(966.860)	-	(93.003)
Energia bilateral	226	-	226	-
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(1.000.475)	-	(729.081)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	326	(122.345)	313	(96.143)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	605.093	-	446.341
Subtotal	20.080	(5.728.671)	19.359	(3.726.719)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	-	(1.075.028)	-	(870.845)
Total	20.080	(6.803.699)	19.359	(4.597.564)

(*) não revisado pelos auditores independentes

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de Usina com preços de geração elevado;
- (b) O crescimento elevado associado as despesas do ESS devem-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou um aumento de R\$ 271.394 devido ao aumento do PLD comparado com o mesmo exercício de 2020; ;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); e
- (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida – RAP. O aumento nos custos decorrem das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.726 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP Nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

30 Resultado financeiro (Consolidado)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	165.477	87.281
PIS/COFINS sobre receita financeira de aplicações financeiras	(25.658)	(18.791)
Valores a receber/devolver parcela A	49.204	32.260
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	101.957	283.248
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	317.753	261.950
Variação monetária e cambial da dívida (d)	120.680	-
Atualização sub-rogação CCC	15.374	1.494
Outras receitas financeiras	<u>35.461</u>	<u>13.152</u>
Total de receitas financeiras	<u>780.248</u>	<u>660.594</u>
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(55.296)	(28.947)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(62.822)	(5.942)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(574.099)	(461.904)
Encargos da dívida	(322.630)	(313.030)
Atualização de contingências	(7.431)	(5.613)
Atualização de eficientização	(8.230)	(3.212)
Despesa financeira de AVP	(20.873)	(20.682)
Descontos concedidos	(43.253)	(25.155)
Outras despesas financeiras	<u>(119.361)</u>	<u>(42.273)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(1.213.995)</u>	<u>(906.758)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(433.747)</u>	<u>(246.164)</u>

- (a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu em função do aumento do CDI, que em 2020 era 2,77% e em 2021 fechou em 4,40%, além disso a rentabilidade da carteira, passou de 91,29% do CDI em 2020, para 109,61% do CDI em 2021;
- (b) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de swap, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, em que a principal variação se refere ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa em 2021 com o crescimento do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020;
- (c) O aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e
- (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com a alta do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 39,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,65 em 31 de dezembro de 2020. A redução foi parcialmente absorvida pela alta expressiva do IPCA indexador com participação relevante na dívida das controladas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31 Benefício pós emprego (Consolidado)

31.1 Características do plano de aposentadoria

As controladas da Companhia são patrocinadoras da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A EQTPREV (anteriormente denominada FASCEMAR) foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela PREVIC. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios.

Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da Companhia que não contavam com este benefício.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas Controladas estão descritos a seguir:

(i) Plano Equatorial BD1 (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social;
- Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social;
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social;
- Aposentadoria Especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social; e
- Pensão por morte: O benefício é equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 10% (dez por cento) por beneficiário, até o máximo de 5 (cinco), da complementação de aposentadoria que o participante estava recebendo ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, viesse a se aposentar por Invalidez pela Previdência Social.

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “contribuição definida” para os benefícios programados e de “benefício definido” para os benefícios de risco. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses;

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(iii) Plano de Saúde (Equatorial Maranhão)

O Plano de Saúde Bradesco foi implantado para os ativos (que inclui os colaboradores afastados – inclusive aposentadoria por invalidez), em uma apólice compulsória, na qual a empresa custeia integralmente a mensalidade do plano de saúde dos colaboradores titulares e seus dependentes legais e o titular tem corresponsabilidade na utilização do plano em 40% para consultas e exames simples, e elegibilidade por cargo.

(iv) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de “benefício definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 salários de contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano;
- Pensão por Morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(v) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (aposentadoria na forma de renda mensal vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de pecúlio por morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de pecúlio por invalidez é concedido ao participante que possuir a suplementação de aposentadoria por invalidez no Plano R.

(vi) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por Morte: O benefício corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela contribuição normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(vii) Plano Equatorial CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e
 - d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.
- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal;
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal; e
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(vii) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A controlada da Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da controlada da Companhia, e entrou em vigor em 11 de junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela controlada da Companhia.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(viii) Plano de assistência médica (Equatorial Pará)

Plano de Saúde CNU

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde

A controlada da Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S.A., na modalidade ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da controlada da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

31.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2021 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2022.

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará						
	CD	BD1	Plano de saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado											
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	959	160.039	5.763	166.761	791	202.730	9.514	1.849	17.440	37.217	269.542
Valor justo dos ativos do plano	(7.006)	(207.214)	-	(214.220)	(9.711)	(305.143)	(5.637)	(4.320)	-	-	(324.810)
Déficit/(Superávit) apurado	(6.047)	(47.175)	5.763	(47.459)	(8.920)	(102.413)	3.877	(2.471)	17.440	37.217	(55.268)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais											
Efeito do Teto de Ativo	3.035	47.175	-	50.210	2.503	102.413	-	1.699	-	-	106.615
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.035	47.175	-	50.210	2.503	102.413	-	1.699	-	-	106.615
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)											
Ativo líquido apurado	(3.012)	-	5.763	2.751	(6.417)	-	3.877	(772)	17.440	37.217	51.347

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020									
	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						
	CD	BD1	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado										
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.027	178.966	179.993	737	244.025	8.929	2.083	20.092	25.070	300.936
Valor justo dos ativos do plano	(6.342)	(210.751)	(217.093)	(9.014)	(316.013)	(6.049)	(4.825)	-	-	(335.901)
Déficit/(Superávit) apurado	(5.315)	(31.785)	(37.100)	(8.277)	(71.989)	2.879	(2.742)	20.092	25.070	(34.967)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais										
Efeito do Teto de Ativo	3.764	31.785	35.549	2.700	71.989	-	2.479	-	-	77.168
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	3.764	31.785	35.549	2.700	71.989	-	2.479	-	-	77.168
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)										
Ativo líquido apurado	(1.551)	-	(1.551)	(5.577)	-	2.879	(263)	20.092	25.070	42.201

31.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						
	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total
Resultado do Exercício 2021										
Custo do serviço corrente líquido	127	8	-	89	15	6	-	-	1.227	1.337
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	-	-	-	-	-	2.455	-	1.163	-	3.618
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	54	11.297	5.763	38	15.187	624	136	1.214	2.595	19.794
Rendimento esperado dos ativos do plano	(376)	(13.385)	-	(535)	(19.860)	(422)	(322)	-	-	(21.139)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	223	2.086	-	160	4.673	-	168	-	-	5.001
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	28	6	5.763	(248)	15	2.663	(18)	2.377	3.822	8.611
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício										
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(161)	2.869	-	(162)	11.493	559	693	-	-	12.583
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(197)	(16.166)	-	96	(37.259)	(1.913)	(236)	(3.218)	(1.453)	(43.983)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(952)	13.304	-	(357)	25.751	-	(947)	-	-	24.447
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.310)	7	-	(423)	(15)	(1.354)	(490)	(3.218)	(1.453)	(6.953)

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						
	CD	BD1		CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total
Resultado do Exercício 2020										
Custo do serviço corrente líquido	109	9	(125)	(14)	(139)	-	-	(1.277)	(1.555)	
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	47	11.890	(53)	(15.819)	(578)	(138)	(1.392)	(1.543)	(19.523)	
Rendimento esperado dos ativos do plano	(546)	(14.272)	631	21.903	418	234	-	-	23.186	
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	444	2.381	(104)	(6.084)	-	(39)	-	-	(6.227)	
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	54	8	349	(14)	(299)	57	(1.392)	(2.820)	(4.119)	
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício										
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	2.913	4.947	(1.748)	(17.486)	85	1.270	-	-	(17.879)	
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	44	388	415	(5.771)	(194)	(14)	1.080	(729)	(5.213)	
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(3.596)	(5.329)	748	23.271	-	(1.290)	-	-	22.729	
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(639)	6	(585)	14	(109)	(34)	1.080	(729)	(363)	

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31.4 Ativos do plano

31.4.1 Ativos do plano incluem:

	2021					
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará			
	CD	BD1	BD	CD	OP	R
Títulos Públicos	141.607	189.565	267.865	141.607	5.740	3.600
Fundos de Investimento	159.983	-	16.147	159.983	3.004	1.967
Outros	63.797	20.089	28.312	63.797	2.386	2.209
(=) Ativo Total	365.387	209.654	312.324	365.387	11.130	7.776

	2020					
	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará			
	CD	BD1	BD	CD	OP	R
Títulos Públicos	93.198	196.927	278.554	93.138	6.062	3.802
Fundos de Investimento	205.267	-	13.930	205.268	2.650	2.131
Outros	58.838	16.016	29.846	58.838	1.965	764
(=) Ativo Total	357.303	212.943	322.330	357.244	10.677	6.697

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

31.5 Obrigação de benefício definido

(a) Premissas atuariais

Premissas em 31 de dezembro de 2021	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará				RESOLUÇÃO 10/1989	PLANOS DE SAÚDE
	CD	BD1	PLANO DE SAÚDE	CD	BD	CELPA R	CELPA OP		
Taxa de inflação	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de desconto	10,48%	10,57%	10,73%	10,48%	10,54%	10,76%	10,65%	10,53%	10,73%
Futuros aumentos salariais	6,08%	6,08%	Não aplicável	10,48%	10,54%	10,76%	10,65%	10,53%	10,73%
Futuros aumentos de pensão	5,03%	5,03%	5,03%	6,08%	7,13%	7,13%	Não aplicável	5,03%	7,13%

Premissas em 31 de dezembro de 2020	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará				RESOLUÇÃO 10/1989	PLANOS DE SAÚDE
	CD	BD1		CD	BD	CELPA R	CELPA OP		
Taxa de inflação	3,32%	3,32%		3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%	3,32%
Taxa de desconto	5,92%	6,56%		5,92%	6,49%	7,25%	6,76%	6,34%	6,87%
Futuros aumentos salariais	4,35%	4,35%		5,92%	6,49%	7,25%	6,76%	6,34%	6,87%
Futuros aumentos de pensão	3,32%	3,32%		4,35%	5,39%	5,39%	Não aplicável	3,32%	5,34%

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		Equatorial Maranhão					
		Plano CD		Plano BD			
		Impacto R\$		Impacto R\$			
Premissas 2021	Análise de sensibilidade						
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%						
	Redução de 0,5%						
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano						
	Redução de 1 ano						
		Equatorial Pará					
		Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Premissas 2021	Análise de sensibilidade						
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7.485)	(19)	(81)	(533)	(596)	(2.129)
	Redução de 0,5%	8.035	20	88	590	637	2.358
Expectativa de vida	Aumento de 0,5%	6.034	(19)	38	98	567	725
	Redução de 0,5%	(6.068)	21	(39)	(102)	(566)	(728)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	2.283
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	(2.080)
		Equatorial Maranhão					
		Plano CD		Plano BD			
		Impacto R\$		Impacto R\$			
Premissas 2020	Análise de sensibilidade						
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%						
	Redução de 0,5%						
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano						
	Redução de 1 ano						
		Equatorial Pará					
		Equatorial BD	Equatorial CD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde
		Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$	Impacto R\$
Premissas 2020	Análise de sensibilidade						
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(10.539)	(20)	(107)	(602)	(786)	(1.364)
	Redução de 0,5%	11.835	21	117	679	845	1.492
Expectativa de vida	Aumento de 0,5%	8.435	(15)	52	110	766	207
	Redução de 0,5%	(8.028)	20	(52)	(113)	(756)	(221)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	-	-	1.329
	Redução de 0,5%	-	-	-	-	-	(1.227)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

32 Instrumentos financeiros

32.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado¹ (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

32.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos “*swap*” para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia, através de suas controladas, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

32.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

¹ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2021		2020	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	3	3	104	104
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de Investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	449	449	183	183
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.312	1.312	474	474
Total do ativo			<u>1.764</u>	<u>1.764</u>	<u>761</u>	<u>761</u>
Passivo			2021		2020	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	6	6	45	45
Total do passivo			<u>6</u>	<u>6</u>	<u>45</u>	<u>45</u>
Consolidado			2021		2020	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	55.536	55.536	44.315	44.315
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	198.903	198.903	1.209.027	1.209.027
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	2.130.850	2.130.850	2.907.272	2.907.272
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	3.215.609	3.215.609	2.918.087	2.918.087
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	272.016	272.016	313.981	313.981
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	398.345	398.345	108.587	108.587
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	6.952.650	6.952.650	5.574.097	5.574.097
Total ativo			<u>13.309.029</u>	<u>13.309.029</u>	<u>13.160.486</u>	<u>13.160.486</u>
Passivo			2021		2020	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	1.711.929	1.711.929	1.336.175	1.336.175
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	4.378.666	4.715.058	4.389.697	4.406.506
Debêntures	-	Custo amortizado	1.910.035	2.192.037	2.265.220	2.302.488
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	8.211	8.211	-	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.052.200	1.299.245	970.931	1.238.785
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	20.072	20.072	23.066	23.066
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	504.781	504.781
Total do passivo			<u>9.081.113</u>	<u>9.946.552</u>	<u>9.489.870</u>	<u>9.811.801</u>

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Aplicações financeiras (ativo circulante) - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI;

Aplicações financeiras (ativo não circulante) - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações das suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;

Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;

Sub-rogação da CCC - valores aplicados - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN;

Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais);

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA;

Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; e

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

32.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco das Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Equatorial Pará

A controlada direta Equatorial Pará possui contratos de *swap* com o banco *Citibank* referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 05 de julho de 2022, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado.

Em 11 de junho de 2018, a Controlada direta realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 100.000, com juros trimestrais e amortização anual tendo como data de vencimento final 12 de junho de 2023. A captação tem custo à taxa de USD + Libor + 0,84% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 05 de julho de 2019, a Controlada direta realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 140.909, com juros trimestrais e amortização trimestral tendo como data de vencimento final 05 de julho de 2022. A captação tem custo à taxa de USD + Libor + 0,93% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o *Citibank* era R\$ 919.758 (R\$ 1.254.424 em 31 de dezembro de 2020).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada direta Equatorial Pará, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	2021	2020
<i>Citibank</i> - R\$ 390.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,93% a.a.	473.505	733.842
Ponta passiva	114% do CDI	(333.283)	(547.557)
Total		140.222	186.285
<i>Citibank</i> - R\$ 542.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	450.232	521.720
Ponta passiva	111,8% do CDI	(318.438)	(394.024)
Total		131.794	127.696
Líquido circulante		164.999	100.448
Líquido não circulante		107.017	213.533
Total		272.016	313.981

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de hedge foram os seguintes:

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	325.500	140.222	-	Instrumentos financeiros derivativos	(750)	N/A

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2020		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor contábil 2020	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	542.500	186.285	-	Instrumentos financeiros derivativos	(2.833)	N/A

A tabela a seguir fornece uma conciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

	<u>Reserva de Hedge</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.833)
Hedge de fluxo de caixa	
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - Swap Empréstimos	(2.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(750)</u>

Equatorial Maranhão

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada direta Equatorial Maranhão possui contratos de swap com o banco Scotiabank, referente à operação em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 19 de fevereiro de 2025, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 19 de fevereiro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao Scotiabank no valor de US\$ 66.500, equivalente a R\$ 350.000, com juros semestrais e amortização de 50% ao final do 3º ano e 50% no 4º ano, em 19 de fevereiro de 2025. A captação tem custo à taxa de 1,65% a.a. + I.R (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Scotiabank é R\$ 366.782 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada direta Equatorial Maranhão, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
			2021	2020
Scotiabank – R\$ 350.000				
	Ponta ativa	US\$ + 1,258% a.a	365.991	-
	Ponta passiva	CDI + 1,65% a.a	<u>(374.202)</u>	-
	Total		<u>(8.211)</u>	-
	Líquido circulante		(45)	-
	Líquido não circulante		<u>(8.166)</u>	-
	Total		<u>(8.211)</u>	-

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021		Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil 2021	
		Ativo	Passivo		Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de <i>SWAP Hedge</i> para empréstimos em moeda estrangeira	350.000	-	(8.211)	Instrumentos financeiros derivativos	(14.265)	-

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de <i>Hedge</i>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - <i>SWAP</i> Empréstimos	(14.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.265)

Apresentamos, abaixo, os valores consolidados dos instrumentos derivativos (controladas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão), em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Ativo circulante	164.999	100.448
Passivo circulante	(45)	-
Efeito líquido circulante	164.954	100.448
Ativo não circulante	107.017	213.533
Passivo não circulante	(8.166)	-
Efeito líquido não circulante	98.851	213.533
Efeito líquido total	263.805	313.981

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

32.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia e suas controladas monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco das controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 452 e R\$ 254.439, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 287 e R\$ 1.253.342 em 31 de dezembro de 2020). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contas a receber

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As Controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela ANEEL.

A participação das contas a receber de consumidores das controladas está conforme abaixo:

Classe consumidora (Equatorial Maranhão e Equatorial Pará)	%	
	2021	2020
Residencial	66%	66%
Industrial	6%	6%
Comercial	13%	14%
Rural	6%	5%
Poder público	5%	5%
Iluminação pública	1%	1%
Serviço público	3%	3%
Total	100%	100%

As controladas da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes a contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 8.2.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2021			
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	1.919.892	280.770	1.241.583	3.442.245
Industrial	209.378	3.258	63.526	276.162
Comercial	458.041	57.095	165.387	680.523
Rural	221.630	17.955	68.493	308.078
Poder público	134.667	19.433	113.194	267.294
Iluminação pública	31.771	645	30.263	62.679
Serviço público	76.723	8.297	93.526	178.546
Total	3.052.102	387.453	1.775.972	5.215.527

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2020

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	1.666.836	235.525	1.210.872	3.113.233
Industrial	189.998	2.774	68.088	260.860
Comercial	412.538	48.735	179.500	640.773
Rural	173.598	13.186	64.209	250.993
Poder público	111.989	12.885	112.967	237.841
Iluminação pública	30.512	490	34.672	65.674
Serviço público	64.376	6.951	93.476	164.803
	<u>2.649.847</u>	<u>320.546</u>	<u>1.763.784</u>	<u>4.734.177</u>

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes

As controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adotam o modelo de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia no decorrer do período.

A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Consolidado)

FAIXA	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	970.954	30,22%	293.383	714.038	5,13%	36.613
Vencido 1 a 30	30.580	30,68%	9.383	378.419	7,10%	26.886
Vencido 31 a 60	21.312	44,91%	9.571	111.753	18,64%	20.828
Vencido 61 a 90	18.038	55,34%	9.982	62.993	32,32%	20.357
Vencido 91 a 120	18.482	60,20%	11.127	51.600	39,82%	20.549
Vencido 121 a 150	17.434	62,26%	10.855	41.785	43,38%	18.126
Vencido 151 a 180	16.828	63,76%	10.729	34.316	44,76%	15.359
Vencido 181 a 210	16.622	65,53%	10.893	32.931	45,15%	14.869
Vencido 211 a 240	15.983	66,69%	10.659	32.402	46,42%	15.040
Vencido 241 a 270	16.650	67,59%	11.254	31.482	46,89%	14.763
Vencido 271 a 300	14.331	68,71%	9.847	24.379	46,93%	11.440
Vencido 301 a 330	15.715	68,96%	10.837	28.494	48,18%	13.727
Vencido 331 a 360	15.935	69,19%	11.026	36.669	49,15%	18.024
Vencido 361 a 390	12.674	69,45%	8.802	26.395	49,60%	13.093
Vencido 391 a 420	15.163	69,67%	10.564	29.277	49,70%	14.551
Vencido 421 a 450	13.814	70,04%	9.675	25.397	50,06%	12.713
Vencido 451 a 630	76.454	72,45%	55.389	113.384	54,39%	61.670
Vencido 631 a 720	40.198	75,57%	30.377	75.183	63,26%	47.560
Vencido 721 a 810	35.260	76,83%	27.091	66.167	65,01%	43.016
Vencido 811 a 990	63.661	77,34%	49.235	118.354	64,31%	76.114
Vencido 991 a 1080	29.952	77,36%	23.172	62.977	66,09%	41.620
Vencido 1081 a 1170	28.069	81,19%	22.789	66.634	66,59%	44.369
Vencido 1171 a 1350	47.300	84,99%	40.199	123.669	68,48%	84.692
Vencido 1351 a 1530	37.603	88,49%	33.275	120.204	68,57%	82.425
Vencido 1531 a 1710	25.930	92,64%	24.021	85.777	70,77%	60.701
Vencido 1711 a 1890	19.135	94,59%	18.100	96.461	87,79%	84.681
Maior 1890	141.895	95,78%	135.909	460.962	90,75%	418.327
Total	1.775.972		908.144	3.052.102		1.332.113

PECLD Outros (Consolidado)

Faixa	Outros faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD outros faturados
A Vencer	68.717	30,22%	5,13%	3.627
Vencido 1 a 30	15.688	30,68%	7,10%	1.153
Vencido 31 a 60	5.659	44,91%	18,64%	1.077
Vencido 61 a 90	3.183	55,34%	32,32%	1.039
Vencido 91 a 120	3.036	60,20%	39,82%	1.213
Vencido 121 a 150	2.890	62,26%	43,38%	1.257
Vencido 151 a 180	2.772	63,76%	44,76%	1.245
Vencido 181 a 210	1.771	65,53%	45,15%	822
Vencido 211 a 240	1.560	66,69%	46,42%	740
Vencido 241 a 270	1.550	67,59%	46,89%	741
Vencido 271 a 300	1.277	68,71%	46,93%	610
Vencido 301 a 330	1.484	68,96%	48,18%	728
Vencido 331 a 360	1.724	69,19%	49,15%	856
Vencido 361 a 390	2.154	69,45%	49,60%	1.076
Vencido 391 a 420	2.272	69,67%	49,70%	1.139
Vencido 421 a 450	2.174	70,04%	50,06%	1.103
Vencido 451 a 630	7.620	72,45%	54,39%	4.209
Vencido 631 a 720	4.906	75,57%	63,26%	3.201
Vencido 721 a 810	4.365	76,83%	65,01%	2.935
Vencido 811 a 990	7.596	77,34%	64,31%	5.097
Vencido 991 a 1080	3.668	77,36%	66,09%	2.508
Vencido 1081 a 1170	4.049	81,19%	66,59%	2.810
Vencido 1171 a 1350	7.593	84,99%	68,48%	5.353
Vencido 1351 a 1530	5.362	88,49%	68,57%	3.747
Vencido 1531 a 1710	3.673	92,64%	70,77%	2.613
Vencido 1711 a 1890	3.067	94,59%	87,79%	2.696
Vencido Maior 1890	12.802	95,78%	90,75%	11.612
Total	182.612			65.207

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD não faturados (Consolidado)

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	387.453	4,95%	19.163
Total	387.453	4,95%	19.163

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos), nº 18 (Debêntures) e nº 22 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,6 em 31 de dezembro de 2021 (2,0 em 31 dezembro de 2020).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	3.092.127	4.797.679	78.659	382.226	454.221	1.511.621	2.370.952
Empréstimos bancários sem garantia	1.286.539	1.487.336	366.944	404.844	356.081	359.467	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	4.378.666	6.285.015	445.603	787.070	810.302	1.871.088	2.370.952
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.672.337	1.921.301	-	686.398	1.234.903	-	-
Títulos de dívida emitidos com garantia	237.698	556.383	317.937	-	48.237	190.209	-
Subtotal - Debêntures	1.910.035	2.477.684	317.937	686.398	1.283.140	190.209	-
Empréstimos bancários com garantia	131.640	158.865	1.899	23.771	38.778	94.417	-
Empréstimos bancários sem garantia	920.560	2.089.576	357	47.638	48.036	144.107	1.849.438
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	1.052.200	2.248.441	2.256	71.409	86.814	238.524	1.849.438
Passivo de arrendamento financeiro	20.072	25.542	865	4.001	4.389	10.821	5.466
Fornecedores	1.711.929	1.711.947	809.313	840.742	46.514	15.378	-
Total	9.072.902	12.748.629	1.575.974	2.389.620	2.231.159	2.326.020	4.225.856

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos) e nº18 (Debêntures), a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas observando o comportamento do mercado e obedecendo a política de *hedge* da Companhia. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição de câmbio da controlada direta Equatorial Maranhão era de 16,9% (0% em 31 de dezembro de 2020) e da controlada direta Equatorial Pará era de 18,5% (26,4% em 31 de dezembro de 2020) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Consolidado				
	R\$ Mil	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor (com Swap CDI)	1.286.540	5,3%	ago/23	1,3	18,0%
Moeda estrangeira	1.286.540	5,3%	ago/23	1,3	18,0%
CDI	1.531.507	5,4%	fev/23	1,1	21,4%
Pré-fixado	847.850	6,6%	dez/32	9,1	11,9%
IGP-M	268.477	19,0%	set/34	11,1	3,8%
IPCA	3.431.203	15,2%	dez/30	5,5	48,0%
Moeda nacional	6.079.037	11,7%	jun/29	5,2	85,0%
Custo de captação/AVP	-217.844	0,00%	fev-34	6,4	-3,0%
Total	7.147.733	10,6%	mai/28	4,5	100,0%

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As empresas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão possuem duas dívidas em moeda estrangeira e ambas possuem *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 32.4.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V). O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial							
Impacto no resultado							
Operação	Risco	Saldo em R\$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.286.540)	(1.422.572)	(1.778.215)	(2.133.858)	(1.066.929)	(711.286)
Impacto no resultado do exercício				(355.643)	(711.286)	355.643	711.286
Swap - Ponta Ativa	USD	1.289.728	1.426.097	1.782.621	2.139.146	1.069.573	713.048
Impacto em outros resultados abrangentes							
Impacto no resultado do exercício				881	1.763	(881)	(1.763)
Impacto líquido no resultado do exercício total				-	-	-	-
Referência para passivos financeiros							
		Taxa projetada	Taxa em 2021	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		6,17	5,58	7,71	9,26	4,63	3,09

Fonte: B3

(v) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. As controladas da Companhia monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora							
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ Mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.761	1.969	2.021	2.073	1.917	1.865
Impacto no resultado do exercício				52	104	(52)	(104)
Consolidado							
Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	2.329.753	2.604.431	2.673.100	2.741.770	2.535.761	2.467.092
Impacto no resultado do exercício				68.670	137.339	(68.670)	(137.339)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	CDI	(1.531.507)	(1.712.072)	(1.757.213)	(1.802.354)	(1.666.931)	(1.621.789)
	IGP-M	(268.477)	(283.726)	(287.539)	(291.351)	(279.914)	(276.102)
	IPCA	(3.431.203)	(3.610.312)	(3.655.089)	(3.699.866)	(3.565.535)	(3.520.757)
Total de passivos financeiros		(5.231.187)	(5.606.110)	(5.699.841)	(5.793.571)	(5.512.380)	(5.418.648)
Impacto no resultado do exercício				(93.731)	(187.461)	93.731	187.461
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.025.923)	(1.146.879)	(1.177.118)	(1.207.357)	(1.116.640)	(1.086.401)
Impacto em outros resultados abrangentes							
Impacto no resultado do exercício				229.060	458.121	(229.060)	(458.121)
Impacto líquido no resultado do exercício total				(284.360)	(568.721)	284.360	568.721
Referência para ativos e passivos financeiros							
		Taxa projetada	Taxa em 2021	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79 %	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%
IGP-M (% 12 meses)		5,68%	17,78%	7,10%	8,52%	4,26%	2,84%
IPCA (% 12 meses)		5,22%	10,06%	6,53%	7,83%	3,92%	2,61%

Fonte: B3 e Santander

e) Risco de vencimento antecipado

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos) e nº 18 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

f) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras), visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. O recebimento de repasse CCRBT no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está evidenciado na nota explicativa nº 9 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros.

Como consequência da situação hidrológica desfavorável, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da “bandeira Escassez Hídrica”, no valor de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorreu um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, após a implementação de diversas ações da CREG, a entrada em operação de nova capacidade de geração e transmissão e com a evolução das afluências nos últimos meses, as projeções elaboradas por especialistas do setor apontam que a condição de suprimento de 2021 é preocupante, sendo os maiores impactos observados sob a perspectiva do custo da energia que, no caso específico da Equatorial Maranhão e da Equatorial Pará tem-se um efeito de R\$ 191.405 e R\$ 204.016, respectivamente, não cobertos pela bandeira escassez hídrica, que estão contidos na constituição da CVA e serão repassados no processo tarifário subsequente. Cabe ressaltar que essas expectativas envolvem riscos e incertezas, como menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos que o estimado e o consequente despacho das térmicas, que podem impactar os custos da Companhia e, por consequência, as demonstrações contábeis e regulatórias.

g) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderão as Controladas justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

h) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

32.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

33 Demonstração dos fluxos de caixa

33.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controlada

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Dividendos mínimos obrigatórios (f)	377.051
Dividendos adicionais de 2020 constituídos	264.669
Dividendos intermediários constituídos	1.013.818
Total atividades de financiamento	<u>1.278.487</u>
Atividades de investimento	
Dividendos a receber	1.576.687
Total atividades de investimentos	<u>1.256.860</u>
Total	<u><u>2.855.174</u></u>

Consolidado

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	670.349
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	266.109
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	10.624
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	28.821
Adição de ativo intangível em contrapartida em encargos setoriais	203
Transferência entre investimentos e intangível	20.360
Transferência entre sub-rogação e ativo contratual	214.559
Total atividades de investimentos	<u>1.211.025</u>
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	15.292
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	12.182
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento (e)	5.286
Dividendos adicionais distribuídos 2020	319.852
Dividendos intermediários distribuídos (f)	1.227.407
Dividendos mínimos obrigatórios (g)	450.367
Reclassificação de outros créditos a receber para empréstimos mútuos	251.257
Total atividades de financiamento	<u>2.281.644</u>
Total	<u><u>3.492.669</u></u>

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contratos em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa 15;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado;
- (e) Reconhecimento de direito de uso no exercício;
- (f) Constituição de dividendos intermediários; e
- (g) Constituição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

33.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2020	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2021
Empréstimos e financiamentos	4.389.697	(241.136)	(230.297)	-	-	460.402	4.378.666
Debêntures	2.265.220	(447.854)	(110.930)	-	-	203.599	1.910.035
Instrumentos financeiros derivativos	-	(6.107)	-	-	14.265	53	8.211
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	-	(378)	(57.745)	-	20.809	1.089.514	1.052.200
Passivos de arrendamento	23.066	(8.348)	(1.434)	5.286	-	1.502	20.072
Dividendos a pagar	117.395	(1.662.654)	-	-	-	1.997.626	452.367
Total	6.795.378	(2.366.477)	(400.406)	5.286	35.074	3.752.696	7.821.551

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

34 Compromissos futuros (Consolidado)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024 (*)
Energia contratada	2022 a 2033	4.937.778	4.425.083	4.649.867	52.814.988
Energia contratada (em MhW)	2022 a 2033	19.864.707	19.579.192	19.701.774	193.543.652

(*) estimado em 9 anos após 2024.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024 (*)
Arrendamentos e alugueis	2022 a 2028	3.341	3.121	3.018	10.592
Sistema isolado	2022 a 2027	756.083	459.476	777.324	360.806
Sistema isolado (MhW)	2022 a 2027	281.327	282.729	496.948	284.762

(*) estimado em 4 anos após 2024.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

35 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e suas controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia e por suas controladas estão demonstrados a seguir:

Consolidado Riscos	Vencimento	Importância segurada
Riscos operacionais	(a)	705.570
Seguro D&O	(a)	120.000
Responsabilidade civil geral – operações	(a)	30.000
Riscos diversos	(a)	1.095
Seguro garantia judicial	(b)	1.078.235
Automóvel*	(c)	-

- (a) Apólices vigentes até 2022;
(b) Apólices vigentes até 2026; e
(c) 255 veículos próprios segurados, conforme apólice.

36 Eventos subsequentes

Equatorial Energia Distribuição **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião da Diretoria, houve aprovação de dividendos adicionais de R\$ 117.333.

Equatorial Pará **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 83.753, sendo R\$ 40.761 decorrentes do resultado do exercício e R\$42.992 oriundos de reserva de investimentos.

Equatorial Maranhão **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 143.577, sendo R\$ 101.304 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 42.273 oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Equatorial Maranhão e Equatorial Pará

Conta Escassez Hídrica (Medida Provisória n° 1.078/2021 e pelo Decreto n° 10.939/2022)

Em 15 de março de 2022, determinada pela Medida Provisória n° 1.078/2021 e pelo Decreto n° 10.939/2022, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou os critérios e os procedimentos para a operação de crédito visando reduzir os impactos financeiros dos custos referentes ao período de escassez hídrica de 2021.

Os recursos aprovados totalizam R\$ 5,3 bilhões para todo o Brasil e serão repassados às distribuidoras conforme os quantitativos a serem solicitados pelos agentes e aprovados pela ANEEL.

As distribuidoras possuem 10 dias, após a publicação da resolução normativa, para declarar os montantes de recursos que pretendem captar, limitados ao teto estabelecido pela ANEEL. O pagamento do empréstimo por parte dos consumidores ocorrerá por meio do encargo mensal “CDE – Escassez Hídrica”, o qual será inserido no cálculo das tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2023.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mediará as transações, sendo a responsável pela contratação das operações de crédito e pela gestão da Conta Escassez Hídrica.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-presidente

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA